



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VIII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 15
Horta, Quinta-Feira, 21 de Abril de 2005

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Período de Tratamento de Assuntos Políticos

Após a leitura da correspondência foi apresentado um **Voto de Congratulação** pelos **“25 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Nordeste”**.

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Nuno Amaral, do Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Paulo Gusmão (*Indep.*).

O voto foi aprovado por unanimidade.

No período dedicado a intervenções de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), José Rego (*PS*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Alberto Pereira (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Agenda do Dia

- Proposta de Decreto Legislativo Regional – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 37/2002/A, de 28 de Novembro, que define a estrutura e competência do Conselho Regional da Água”.

Na generalidade, a proposta foi aprovada por maioria,

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- Proposta de Resolução – “Para uma Assembleia Amiga do Ambiente”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS e aprovada por unanimidade.

A apresentação da proposta coube à Sra. Deputada Mariana Matos (*PS*), usando da palavra posteriormente os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar Partido Social Democrata José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes.

Para uma declaração de voto usou a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé (*PS*).

- Proposta de Resolução – “Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2005”, aprovada por unanimidade.

- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Ante-proposta de Lei – Segunda alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n° 44/2004, de 3 de Março, que “estabelece um regime especial de registo de prédios situados nos municípios do Corvo, Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores, bem como dos direitos e ónus ou encargos sobre estes incidentes”.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Herberto Rosa (*PS*), António Gonçalves (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Guilherme Nunes (*PS*) e Pedro Gomes (*PSD*), o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- Ante-proposta de Lei – Segunda alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n° 44/2004, de 3 de Março, que “estabelece um regime especial de registo de prédios situados nos municípios do Corvo, Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores, bem como dos direitos e ónus ou encargos sobre estes incidentes”,

Submetida à votação a Ante-proposta da Lei foi aprovada por unanimidade na generalidade, na especialidade e em votação final global.

- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução – “Melhoria do abastecimento de energia eléctrica à Fajã de São

João, freguesia de Santo Antão, concelho da Calheta, em São Jorge”, apresentado pelo PS

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução – “Fornecimento de energia eléctrica às fajãs de São Jorge**”, apresentado pelo PSD.

Os pedidos de urgência e dispensa de exame em Comissão foram aprovados por unanimidade.

- **Proposta de Resolução – “Melhoria do abastecimento de energia eléctrica à Fajã de São João, freguesia de Santo Antão, concelho da Calheta, em São Jorge”**

- **Proposta de Resolução – “Fornecimento de energia eléctrica às fajãs de São Jorge”**.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*) e Aires Reis (*PSD*), as propostas foram submetidas à votação.

A primeira foi aprovada por unanimidade e a segunda foi rejeitada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*) e Rogério Veiros (*PS*).

- **Eleição do Representante da Região no Conselho Nacional de Educação.**

Foi eleito o Dr. Victor Rui Dores com 36 votos a favor, 8 contra e 6 abstenções.

- **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Abril.**

A proposta foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 13 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 15 minutos).

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

João Carlos Correia Lemos Bettencourt

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de Matos

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Nuno André da Costa Soares Tomé

Osório Meneses da Silva

Paulo Manuel Ávila **Messias**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Luís Henrique da **Silva**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Chegou um documento para ser apresentado na correspondência.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista envio da Proposta de Resolução – “Melhoria do abastecimento de energia eléctrica à Fajã de São João, Freguesia de Santo António, do Concelho da Calheta de São Jorge”.

Presidente: Entrou na mesa um Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

No ano de 1978 um grupo de cidadãos da Vila do Nordeste contactou os responsáveis camarários da mesma Vila, no sentido de os ajudarem na constituição de um Corpo de Bombeiros, bem como de um órgão directivo que lhes desse apoio.

Graças ao interesse da já formada Inspeção Regional de Bombeiros, bem como de outras entidades governamentais, os poucos sócios fundadores existentes criaram os estatutos e o regulamento interno do corpo de Bombeiros e fundaram a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nordeste por escritura pública de 23 de Abril de 1980.

Recrutaram-se bombeiros, cuja formação esteve a cargo de instrutores dos Bombeiros de Ponta Delgada e com o apoio do Governo Regional adquiriram-se duas viaturas.

A Câmara Municipal apoiou a compra de um terreno para a construção do Quartel.

Em 23 de Abril de 1984 inaugurou-se o edifício do Quartel, cuja construção foi possível dado o auxílio indispensável das entidades públicas locais – Câmara Municipal, Serviços Florestais e sobretudo do Governo Regional através da Inspeção Regional de Bombeiros.

Em 1990 o corpo activo era composto por 27 elementos com 2 auto-tanques pesados, 1 pronto-socorro, 1 veículo de transporte de pessoal, sob o comando do Sr. Daniel Fernandes Calhau que foi proposto pela Direcção à Inspeção Regional dos

Bombeiros e nomeado como o primeiro Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nordeste.

Com as alterações do sistema regional de saúde, os bombeiros começaram a ter um papel fundamental no transporte de doentes, nomeadamente para o hospital de Ponta Delgada, que dista 75 km, obrigando estes soldados da paz a grandes sacrifícios, devido não só ao serpenteado das estradas por montes e vales, como pelas viagens realizadas debaixo de grandes temporais. No entanto estes sacrifícios sempre foram e são superados pelo grande profissionalismo e vontade de bem servir os seus conterrâneos nas horas difíceis da doença.

A vontade de melhor servir por parte destes soldados da paz é tanta, que nestes últimos anos têm participado em várias acções de formação, como por exemplo:

- Curso de Desencarceramento, Telecomunicações, Nadador/Salvador, Mergulhador, Condução Todo-o-Terreno, Tripulante de Ambulância de Socorro, Tripulante de Ambulância de Transporte, Espeleo Socorro, Salvamento em grande ângulo, Busca e Salvamento, Rappel, Combate a Incêndios.

A vontade e a bondade dos Nordestenses é tão grande, que no ano de 2000 aderem pela primeira vez aos bombeiros, elementos do sexo feminino, enriquecendo assim esta Associação Humanitária.

Não conformados com este crescimento, a Associação dá outro passo importante e prestigante, ao formar uma Charanga, que inicia a sua actividade no ano de 2001, com um grupo de 15 jovens, todos eles Bombeiros Voluntários desta Associação. Actualmente a Charanga conta com 23 jovens o que revela um gradual interesse por esta Associação.

Ao comemorar no próximo sábado, dia 23 de Abril, 25 anos, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nordeste, é constituída actualmente por 47 elementos, dos quais 10 são femininos. Possui uma frota de 3 ambulâncias, 2 auto-tanques, 1 pronto-socorro, 1 auto sapador, 1 auto comando, graças aos investimentos da Associação e ao papel fundamental que os últimos Governos Regionais têm tido na Protecção Civil.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 21 de Abril de 2005, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelos 25 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nordeste, congratulação extensiva a todas as Direcções e Bombeiros, que ao longo destes 25 anos deram o seu melhor para que esta Associação seja digna do seu nome e indispensável ao seu concelho e aos Açores.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nordeste.

Horta, 21 de Abril de 2005

Os Deputados Regionais, Nuno Amaral e Nélia Amaral”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a esta congratulação. É uma congratulação vinda em boa hora.

Comemoram-se as bodas de prata de uma associação humanitária.

São 25 anos de serviço prestado à comunidade, de voluntariado, com o espírito do verdadeiro soldado da paz.

Hoje congratulamo-nos pelo aniversário, mas prestamos a nossa homenagem aos soldados da paz, servidores desta associação humanitária.

Foram anos de voluntariado, de sinergias e de boas vontades reunidas pelos próprios nordestenses, pela autarquia e pelo Governo Regional.

Saúdo também, subscrevendo o que no voto se informa, o facto de participarem hoje mulheres no corpo dos bombeiros voluntários, um esforço de paridade e de participação colectiva sem exclusão.

Nestas bodas de prata saudamos também a Associação Humanitária, o concelho e os nordestenses.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para me associar também a este voto que, de facto, é daqueles que tem todo o sentido, uma vez que baseia-se e tem por alma, digamos assim, o voluntarismo dos nossos cidadãos quando dão um pouco de si em prol dos outros. Isso deve merecer de nós todo o apoio e todo o carinho.

São 25 anos de gente que se entregou a uma causa com todas as dificuldades – e é bem dito no voto – que são inerentes à sua terra, o Nordeste.

Muitas vezes pensamos que o isolamento é gerado só por termos mar à volta de uma porção de terra.

O Nordeste é bem o símbolo de que São Miguel não é apenas Ponta Delgada. Tem realidades bem distantes.

O caso do Nordeste, o caso das ambulâncias e dos doentes é também uma boa oportunidade para o Governo Regional ter presente que necessita de outra solução, seja ela por outro meio de transporte, seja ela no futuro por outro tipo de estrada, sobretudo, quando se trata de doentes.

O que importa agora, de facto, é saudar aquilo que aqui no voto é dito, não necessariamente a paridade feminina, porque fazendo as contas não fica no mesmo número, mas uma presença feminina, como é aqui dito, é uma riqueza. É, sobretudo, uma questão de qualidade e não de quantidade e saudar com isso também a direcção e que no próximo Sábado, dia 23, dia de São Jorge, Padroeiro da Vila do Nordeste, a festa seja rija em prol dos bombeiros e da população do Nordeste.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos às intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para uma intervenção.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passavam vinte e um minutos das dezanove horas quando os trens de aterragem do Airbus A319 da TAP Portugal – vestido com a nova imagem institucional – tocaram

o asfalto da nova pista do Aeroporto do Pico. Acto contínuo, os aplausos emocionados dos milhares de picarotos que – apesar do mau estado do tempo e da incerteza da operação – fizeram questão de estar presentes, testemunhando aquele momento histórico, abafaram o ruído dos reactores.

Foi ontem, num fim de tarde festivo e depois de um dia inteiro de ansiedade e expectativa, devido às condições meteorológicas, que o Pico assistiu à chegada do voo inaugural da sua gateway, que havia saído de Lisboa cerca de três horas antes.

De um avião cheio desembarcaram, também, Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, Carlos César, o Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Paulo Campos, o Presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), Luís de Almeida, e o Administrador-delegado da TAP, Fernando Pinto, que se juntaram o Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, e ao Presidente do Grupo SATA, Manuel António Cansado, que aguardavam o voo na ilha do Pico, dando bem nota da importância que os Governos Regionais e da República, a TAP e a SATA atribuem a esta operação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

Já desta Tribuna, vastas vezes e por diversas vozes, ouvimos afirmar a importância dos transportes em regiões insulares e particularmente na Região Autónoma dos Açores que, pela sua natureza e dispersão, é sinónimo de isolamento e de dificuldades de acesso.

Sendo o transporte, pela fluidez que permite, uma mais valia, é também, pela dependência a que nos sujeita – dada a nossa condição insular – um segmento vital para o nosso desenvolvimento e bem-estar. E, neste quadro, nenhum sistema de transportes será verdadeiramente justo e eficaz se não gerar ou permitir gerar equilíbrios, baseados em princípios como a cooperação e a solidariedade, tal como são enunciados nos Programas de Governo do Partido Socialista.

A cinco dias de se comemorarem vinte e três anos sobre a inauguração do Aeródromo do Pico, que ocorreu em 25 de Abril de 1982, a Ilha ganhou as asas que lhe permitirão rasgar esses horizontes de progresso e desenvolvimento há muito ambicionados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

Mas se hoje o consenso – aparentemente – impera, a memória do passado demonstra-nos quão sinuoso foi esse percurso.

Em meados de 1976, o General Altino de Magalhães – Presidente da Junta Regional e Comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores – ordenou à delegação regional do Serviço de Fortificações e Obras Militares do Exército a execução de uma pista de terra na ilha do Pico, destinada à operação dos aviocares, tendo as respectivas obras se iniciado logo no começo de 1977.

Alguns anos mais tarde, o Governo Regional entendeu que as obras encetadas pelos militares deveriam ter continuidade, construindo-se um aeródromo civil, e, conseqüentemente, por deliberações do Conselho do Governo de 20 de Agosto de 1979 e de 27 de Fevereiro e 3 de Setembro de 1980, foram adjudicados os trabalhos complementares de terraplanagem, de pavimentação e de construção da aerogare do Aeródromo do Pico, que seria inaugurado em 1982, com uma pista de 1.200 metros de comprimento e 30 metros de largura.

Não obstante as reivindicações e as justas aspirações da Ilha, as obras realizadas no Aeródromo do Pico no início dos anos noventa do século passado apenas o dotaram com uma pista de 1.520 metros de comprimento, mantendo-se a largura.

Farto das reivindicações do Pico, o VI Governo Regional, presidido por Madruga da Costa, forjou um estudo que concluía pela inviabilidade técnica e económica de qualquer ampliação da pista do Aeródromo do Pico, sustentando, designadamente, que o respectivo piso não teria resistência necessária para a aterragem de aviões de maior porte. A parte antiga continua lá, o avião aterrou completamente lotado e o pavimento não se partiu.

No final de 1996 mudou-se de Governo e mudaram-se as vontades; ou melhor, acabaram-se as más vontades do poder político.

Mas, mais recentemente, quem não se recorda das posições públicas daqueles que afirmavam que “não faz sentido a ampliação do Aeroporto do Pico” ou que “não é essencial ao Pico ter a sua própria pista”; dos que argumentam que as novas gateways não se justificam por não terem viabilidade económica; ou ainda daqueles que, de vez em quando, têm ido a Lisboa lamentar-se.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois de concluídos os necessários estudos e elaborados os respectivos projectos, o Governo Regional, em 25 de Setembro de 2000, aprovou a autorização da abertura do concurso público com vista à adjudicação da empreitada de ampliação da pista do Aeroporto do Pico, que viria a ser adjudicada em 13 de Maio de 2002.

Em 31 de Janeiro de 2003 foi autorizado o início do procedimento relativo à construção da nova aerogare e outras instalações e, ainda, durante o ano de 2003, o Governo Regional fez incluir na sua proposta para o novo modelo de serviço público de transporte aéreo a criação da gateway do Pico, que ontem se inaugurou.

O investimento já realizado e em curso no Aeroporto do Pico ascende aos 26 milhões de euros (5,2 milhões de contos) e inclui a ampliação da pista, o aumento da placa de estacionamento das aeronaves, a sinalização luminosa, a construção das novas aerogare e torre de controlo, as infra-estruturas e equipamentos de bombeiros, os parques de estacionamento e vias de acesso, e a instalação de um Sistema de Aterragem por Instrumentos (ILS).

Trata-se de um investimento sem paralelo no passado e assume-se como um vector importante no desenvolvimento sócio-económico da ilha, induzindo impactes económicos muito significativos numa terra que carrega potencialidades de desenvolvimento, mormente no sector turístico, que, até hoje, continuam manifestamente inexploradas.

Não temos dúvida que é com acções e obras como estas que verdadeiramente se promove a coesão social, económica e territorial da nossa Região.

O povo do Pico sabe que é assim e, por isso, ontem quis estar presente à chegada do voo inaugural da ligação com Lisboa, como estará presente quando se inaugurarem as obras já em fase adiantada.

É certo que nem tudo está feito e que, neste processo, existem alguns aspectos merecedores de reparo e rectificação, mas o percurso faz-se caminhando e este ainda agora começou.

Bem hajam todos quantos, com o seu trabalho e empenho, tornaram possível o acontecimento do dia de ontem, e Deus que perdoe aos que, incompreensivelmente, se esforçaram para que tal nunca acontecesse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Jaime Jorge e Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nome dos Deputados do PSD do Pico queria congratular-me por finalmente a ilha do Pico ver satisfeita uma aspiração de alguns anos: o início de uma operação de transportes aéreos, directamente do Continente para a ilha do Pico.

O dia 20 de Abril de 2005 foi para os açorianos, de uma forma geral, e para os picoenses, de um modo muito particular, um dia de festa.

De facto, o dia 20 de Abril entra para a história do Pico como o dia em que o Pico ficou mais próximo do resto do mundo.

Quebrou-se assim mais um elo da corrente que nos prende ao nosso isolamento, à nossa insularidade, em suma à nossa ultraperifricidade que nos marca e nos molda.

Termina assim a primeira fase de um longo processo que permitirá certamente trazer a Ilha do Pico de regresso ao presente e que dotou os Açores de mais uma porta para o exterior.

Contudo, tem agora outra fase, quiçá, mais longa e mais difícil que a primeira, porque menos estrutural e provavelmente mais dependente das dinâmicas endógenas.

Têm agora, as gentes do Pico, um grande desafio pela frente: provar que esta aposta se justifica!

Deixo, contudo, aqui, um alerta a Governo: agora novos desafios se levantam. Não se pode tomar medidas que possam estrangular toda esta espiral de motivação e de esperança.

Estamos certos que o povo do Pico ganhará mais esta aposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acreditem que não me estou a rir de satisfação porque o meu estado de saúde não me permite, mas era essa a minha vontade.

Iniciou-se, finalmente, com a ligação ao Pico, a plena implementação do novo modelo de transporte aéreo, prova acabada do empenho do Partido Socialista no desenvolvimento integrado e sustentado de todas as ilhas.

A gateway do Pico é um passo fundamental para a tradicional quebra da tripolaridade e para o desenvolvimento assente na multipluralidade e no respeito dos interesses de todos e de cada um.

Sr. Deputado Jaime Jorge, transcrevo quase na integralidade as suas palavras. De resto, há muito sei o que pensa sobre esta matéria. Sou um pouco mais optimista e acredito que não vai ser necessário provar a importância deste investimento.

Permita-me que lhe diga também, com toda a sinceridade – e não incluo os actuais Deputados do PSD do Pico nesta afirmação, mas incluiria outros, forçosamente tinha que os incluir – que o enorme sentimento de satisfação dos picoenses está justamente na proporção directa do imenso sentimento de frustração dos dirigentes do PSD/Açores que sempre digeriram muito mal este assunto e esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, eu desconheço esse entrave ou essa manifesta vontade de atrapalhar o desenvolvimento do Pico...

Deputado Nuno Tomé (PS): Tem que se informar melhor!

O Orador: ... manifestada pelos dirigentes do PSD/Açores.

Não estou em condições de fazer, enfim, a defesa tão pouco dessa afirmação e da honra dos dirigentes do PSD/Açores, porque a desconheço de todo. Nunca tive a oportunidade de verificar essa conduta por parte dos nossos dirigentes.

O que posso aqui afirmar, confirmar e reafirmar, é o interesse dos actuais Autarcas do Pico, a par do interesse dos Deputados do PSD do Pico, em que esta infraestrutura avançasse a todo o custo e nesta medida penso que todos os picoenses estiveram a um só lado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Creio que não desconhece o estudo de 1996, da autoria do VI Governo Regional, que eu, embora de forma sintética, referenciei na minha intervenção.

Creio também que não desconhece as declarações mais recentes do responsável pelo gabinete de estudos do PSD/Açores, só para citar dois exemplos, Sr. Deputado Jaime Jorge.

Foi com emoção, Srs. Deputados, que ontem assisti ao momento em que o avião pisou a pista do aeroporto do Pico.

Ontem, a Ilha do Pico passou, neste particular, do sonho à realidade.

A Ilha do Pico é, cada vez mais, uma ilha maior na realidade e não só no sonho e na desgraça, conforme escreveu o poeta Almeida Firmino.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar esta minha intervenção gostaria também de me congratular pessoalmente – e já explico porquê – com o início da operação da ligação aérea directa do Pico com Lisboa e essa congratulação é feita a título pessoal, já que do ponto de vista do grupo parlamentar, o Sr. Deputado Jaime Jorge já a apresentou. Esta minha congratulação tem a ver não só com a minha condição de Deputado Regional, mas também...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Em nome dos Deputados do PSD pelo Pico!

O Orador: Sr. Deputado Hernâni Jorge, ouça a justificação.

... pelas ligações familiares que me ligam à ilha do Pico.

Sou daqueles que acredita, e julgo que faço parte de uma maioria daqueles que acredita, que o Pico vai acelerar o seu crescimento com essa abertura ao exterior.

Deputados Hernâni Jorge e Herberto Rosa (PS): Muito bem!

O Orador: Passo agora à minha intervenção. Eu tenho vindo a adiar esta minha intervenção na expectativa de poder ter presente nesta sala, neste plenário, o Sr. Secretário Regional da Economia. Infelizmente tal não é possível, por razões naturalmente justificadas, mas como hoje é o último dia, vou ter que fazer essa intervenção na ausência do Sr. Secretário Regional da Economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No dia 1 de Janeiro de 2005 os açorianos foram confrontados com um aumento real dos custos das passagens aéreas para o exterior da Região Autónoma dos Açores.

Sem aviso prévio, a partir de 1 de Janeiro de 2005 viajar para o Continente Português passou a custar mais caro. Estes são os factos!

Qual prenda de Ano Novo, V. Exas. quiseram brindar-nos com um sobrecusto nas passagens aéreas, fazendo “tábua rasa” da “resma” de adjectivos que utilizaram para convencer os açorianos, de que o novo modelo do serviço público do transporte aéreo de e para a Região Autónoma dos Açores, era qualquer coisa como o melhor deste “mundo e arredores”.

Na prática, e os factos confirmam, o dia 1 de Janeiro de 2005 desmentiu essa vossa teoria. Mais uma vez sem fugir à tradição, confirma-se que as vossas teorias, eram isso mesmo, teorias.

Repetidas vezes V. Exas. afirmaram que a liberalização controlada ia garantir mais frequências, e utilizando as vossas próprias palavras, toda e qualquer companhia que se apresentasse a “concurso” tinha de cumprir no mínimo, as regras mínimas do Modelo de Serviço Público, que o mesmo é dizer – se duas companhias quisessem operar nos Açores, teríamos o dobro do serviço mínimo, e por analogia, o triplo do serviço mínimo com três companhias a voar para cá.

Era bom! Era excelente!... Mas não foi isso que aconteceu.

No mínimo os açorianos vão ter as obrigações mínimas (do serviço público) a dividir por duas companhias e no máximo aquilo que elas quiserem.

Para isso não precisavam V. Exas. de falar em liberalização, mesmo que controlada, porque na prática ficou quase tudo na mesma.

É o mesmo do mesmo, com outro nome, mas agora mais caro, muito mais caro.

Aos açorianos V. Exas. nunca disseram que viajar de e para os Açores ia custar mais.

Aos açorianos V. Exas. nunca disseram que o custo de uma passagem de residente para o continente português ia custar mais 16€, que é nem mais nem menos do que um aumento disparatado de 8%.

Aos açorianos V. Exas. nunca disseram que o custo de uma passagem de estudante para o continente português ia custar mais 16€, que é nem mais nem menos do que um aumento absurdo de 10%.

Se antes os açorianos ou residentes pagavam 199€, agora com a entrada em vigor das novas obrigações de serviço público do transporte aéreo, os açorianos estão a pagar 215€. Se antes os estudantes pagavam 159€, agora pagam 175€.

São aumentos tão mais disparatados e absurdos, quando como muito bem V. Exas. sabem, não temos qualquer alternativa ao transporte aéreo de passageiros nas ligações para o exterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O Governo Regional sabia ou não que os açorianos iam pagar mais pelo serviço de transporte aéreo? Sabiam que o custo de uma passagem aérea para o exterior teria um aumento de 8%?

Esta Assembleia e os açorianos não mereciam que lhes tivessem sido ocultados aumentos disfarçados de uma taxa de emissão do bilhete, ou “ticket service fee” (TSF).

Foi distração ou na altura não era oportuno que se soubesse?

O PSD exigiu explicações. Por duas vezes o que ouviu foi um silêncio... ensurdecador!

À terceira veio a resposta, titubeante e muito pouco esclarecedora. Afinal a culpa era do Governo da República. Mais pudera. À altura tudo o que corria mal por cá, era culpa dos “maus” de lá.

Só que hoje já não é assim. Como os de lá agora já são “bons”, a culpa é do “malvado” petróleo que está muito caro!

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

Deputado Nuno Amaral (PS): É mentira!

Deputado Mark Marques (PSD): Se é mentira é o que estão a dizer!

O Orador: Como se os preços do petróleo tivessem aumentado de ontem para hoje! Tal baralhação. Tamanha confusão.

O novo modelo de serviço público do transporte aéreo entrou com o pé esquerdo. Correram mal as negociações e o aumento do custo das passagens continua muito mal explicado. Antes a culpa, ou a desculpa, era uma, agora a culpa, ou a desculpa é outra.

Uma coisa é certa, estamos a pagar mais caro por um serviço igual ao que era dantes. Ou seja, estamos a pagar mais pelo mesmo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional fez alguma diligência para impedir esse sobrecusto nas passagens aéreas? Como tutela da SATA deu orientações para impedir este aumento unilateral do custo das passagens aéreas? Ou apanhou a carruagem de um comboio em andamento e deixou-se levar ao sabor de pressões e interesses alheios aos açorianos?

Ao Governo Regional compete defender intransigentemente os açorianos.

A V. Exas. compete, por todos os meios legais e políticos, combater interesses lesivos da nossa mobilidade. Foi isso que V. Exas. não fizeram, não souberam ou não quiseram fazer.

Quero acreditar que o espírito das regras que V. Exas. propuseram para o novo concurso de serviço público de transporte aéreo, regras essas actualmente em vigor, garantia não só a defesa dos direitos adquiridos pelos açorianos, como também, com clareza e verdade, o custo a pagar pelos residentes e estudantes nas viagens aéreas para o exterior da Região.

É que se assim não foi, tudo é bem mais grave. É que assim não sendo, foram V. Exas. a fechar os olhos e a olhar para o lado, concordando, por omissão, que aos açorianos fosse exigido um sobrecusto num serviço para o qual não têm alternativa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: V. Exas. têm de dizer aos açorianos o que se passou, para que uma passagem aérea custe agora mais 16€.

São V. Exas. que têm de dizer o que correu mal,...

Deputado Osório Silva (PS): E dissemos, Sr. Deputado!

O Orador: ... o que fizeram ou que não fizeram, para todos nós, agora, pagarmos mais caro por um serviço público que segundo as vossas declarações, e repetindo o que disse no princípio configurava qualquer coisa como o melhor do “ mundo e arredores”.

Foram V. Exas. que disseram que o novo Modelo de Serviço Público de Transporte Aéreo ia ser quase ideal,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): E é e mantemos!

O Orador: ... uma espécie de “pré-paráiso” nas nossas ligações com o exterior. Não foi isso que aconteceu.

Estão os açorianos a pagar a falta de solidariedade do Governo da República?
Primeira versão da resposta do Governo Regional!

Deputado Osório Silva (PS): Vocês é que disseram e não cumpriram!

O Orador: Estão os açorianos a pagar o preço dos combustíveis? Segunda versão da resposta do Governo Regional!

Ou estão os açorianos a pagar a inabilidade negocial, sobre as quais se concentraram pressões e interesses, com os quais os açorianos nada têm a ver?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

O PSD defende intransigentemente os princípios da continuidade territorial, e da minimização dos prejuízos da nossa condição insular.

O aumento do custo das passagens contraria claramente estes princípios!

O que é que correu mal?

Fica-me a dúvida. Foi propositada omissão, ou inércia propositada?

Ficamos todos, ficam os açorianos a aguardar por novas explicações de V. Exas..
Explicações claras e transparentes, porque nas últimas a “bota não bate com a perdigota” e este assunto é sério e tem de ser totalmente esclarecido.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate.

(Pausa)

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Presidência, os Srs. Deputados José Rego, Ana Isabel Moniz, Pedro Gomes, Clélio Meneses, Jaime Jorge, Lizuarte Machado, Hernâni Jorge, José San-Bento e Alberto Pereira.

Deputado Nuno Amaral (PS): O Sr. Deputado Jorge Macedo vai ter que “aterrar de emergência”!

O Orador: Srs. Deputados, eu tenho necessidade de fazer um esclarecimento. Às vezes também tenho estas necessidades.

Ontem levantou-se aqui uma questão por eu ter dado a palavra a um Sr. Deputado que já tinha prescindido dela. O que acontece é que nós acertámos isso numa conferência de líderes em Março de 2004 e o que ficou decidido nessa altura foi que o Sr. Deputado que prescinde da palavra à primeira vez, já não pode voltar a falar. Mas se já tiver falado e prescindir numa intervenção posterior, pode voltar a falar. Foi isso que aconteceu ontem. Gostava que isto ficasse registado para ficar esclarecido.

Feito este esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

A intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo daria, e dará certamente, muito debate pelas questões em concreto que levanta e pela postura em concreto que assume nesta matéria das tarifas aéreas.

Antes de mais, Sr. Deputado Jorge Macedo, há algo que não pode passar em claro. O Sr. Deputado não pode ir para aquela tribuna acusar o Governo Regional de estar a fazer com que os açorianos paguem a pressão de interesses; não pode ir para aquela

tribuna dizer que o Governo deve combater interesses lesivos da nossa comunidade, insinuando de uma forma verdadeiramente torpe que o Governo Regional esteja ao serviço de qualquer tipo de interesses.

Portanto, o desafio em nome do Governo, antes de mais nada, em termos de tarifas aéreas, é este: o senhor diga onde, quando e por quem foram referidos esses interesses, para que esta discussão possa ser verdadeiramente clara e possa dignificar esta Assembleia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Este é desafio que eu lhe deixo, porque não pode haver brincadeiras destas.

Não se ria, Sr. Deputado, porque isso só denota que o senhor não tem consciência da gravidade das afirmações que fez daquela tribuna.

O senhor está a acusar este Governo de estar ao serviço de interesses e sabe que não é a primeira vez que isso se faz em relação a este Governo. Mais curioso é que não é a primeira vez que isto acontece em relação ao Secretário da Economia. Já houve uma Comissão de Inquérito nesta Assembleia exactamente por causa de acusações semelhantes.

Portanto, o desafio aqui está.

Se o senhor tem a coragem de dizer quais são os interesses e de que forma é que o Governo está a servir estes interesses, muito bem, nós debatemos o resto.

Enquanto o senhor não tiver a coragem de dizer isso, eu penso que não vale a pena debater o resto.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não quer é debater o resto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar do transporte aéreo nos Açores leva a que se faça uma análise histórica das tarifas do transporte aéreo ao longo dos anos.

Não vou voltar, e não gostaria de ser acusado, a falar nos ditos anos de 96 ou dos anos 80. Interessa é saber o que é que tem acontecido ao longo dos anos nos Açores, em termos do transporte aéreo, das suas tarifas, entre o Continente e os Açores.

Em relação à história das tarifas do transporte aéreo, nós verificamos que até 1996, todos os anos, ou ao longo daqueles anos, as tarifas foram sempre e sempre aumentando.

Com desculpas ou não dos preços dos combustíveis, a história do transporte aéreo nos Açores é de aumentos contínuos.

Chegado o PS ao Governo, quer na República, quer nos Açores, as tarifas dos transportes aéreos, entre os Açores e o Continente, diminuíram em percentagens significativas.

Aqui vou apontar as respectivas taxas para que sejam claros esses números:

A tarifa de residente entre os Açores e o Continente, entre 96 e 2003, sofreu uma redução de 33,9%.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: É preciso que se ouça bem este número: uma redução de 33,9%.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora aumentou!

O Orador: Face à história que se está a falar do transporte aéreo, as tarifas de estudante, entre 96 e 2003, sofreram uma redução de 24,7%.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estou a falar para a frente!

O Orador: Não há na história do transporte aéreo nos Açores redução tão grande como aqui foi efectuada entre 1996 e 2003.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Vamos agora ver o que é que acontece no mercado internacional do transporte aéreo.

Sr. Deputado Jorge Macedo, a sua intervenção é coerente com o que o PSD prometeu nas eleições regionais, com o que veio o Primeiro-Ministro de Portugal, da altura, dizer aos Açores e que não cumpriu o que ia cumprir em 30 dias, que era descer essas mesmas tarifas.

Ao PS não se pode acusar promessas eleitorais que não ia cumprir. O PS não foi por este caminho, não disse que ia descer tarifas, o PS não disse que as ia subir, mas o

mercado assim o impôs, porque o preço do combustível interfere no preço do bilhete e o senhor ouviu muito bem na comissão outro dia que a razão do peso do combustível no preço do bilhete é bastante forte.

Os Açores não estão isolados do resto do mundo, não estão isolados da economia internacional. Face a isso, acho que não há mais nada a dizer.

Nós temos o nosso percurso de reduções constantes quando elas eram possíveis. Neste momento há que consolidar o transporte aéreo dos Açores da nossa companhia regional e de outras companhias que queiram vir voar para os Açores.

O senhor sabe perfeitamente que o novo modelo permite que estejam nos Açores uma, duas e três companhias que queiram vir para cá desde que cumpram os serviços mínimos, desde que vão ao Pico, como a TAP foi ontem, desde que vão a Santa Maria e à Ilha de São Miguel.

O que o senhor quer é uma companhia a voar unicamente para São Miguel...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por que é que não vieram?!

O Orador: ... preterindo a coesão dos Açores. Não esse o nosso Governo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Deputado Jorge Macedo:

Custa-me a acreditar que pode criticar o modelo que actualmente está em vigor. Não sei por que é que não acha bem que a TAP e a SATA se entendam num modelo de partilha de voos.

Gostaria que me respondesse:

Qual é o único accionista da TAP?

Qual é o único accionista da SATA?

Não são ambas companhias de capitais públicos?

Eu penso que têm é que se entender.

Portanto, não há aqui que criticar este modelo de parceria entre duas companhias que têm só a ganhar e têm ganho e já houve reduções de custos substanciais em várias áreas com o trabalho em conjunto.

Portanto, o sistema de *code-share* já existe há muitos anos, já está a funcionar há muitos anos, com resultados positivos, nomeadamente no caso da Madeira. Só agora é que é uma novidade para nós, porque só agora é que entrou em vigor nos Açores, mas já está a funcionar há muito tempo noutras rotas do país.

Quanto a outras questões relativas aos esclarecimentos que já foram prestados pelo Sr. Secretário da Economia ainda esta semana, que foi ouvido pela Comissão de Economia, eu penso que nada mais há a acrescentar. Já tudo foi dito aqui.

Nós já sabemos que desde 2001 o sector da aviação a nível mundial tem sofrido quebras fortes. Um dos factores que levaram a essas quebras foi, na realidade o aumento do preço dos combustíveis, mas não só. Temos também a pneumonia atípica, temos problemas como o conflito iraquiano, o terrorismo e o próprio marasmo económico em determinados mercados emissores.

Perante todas estas variáveis, a TAP, a Air Luxor, a Singapura Airlines, a Qantas e British Airways já haviam imposto sobretaxas a passageiros.

Portanto, nós, só muito mais tarde, é que vimos aparecer esta sobretaxa nos Açores.

Portanto, enquanto o tráfico de passageiros, a nível mundial, sofreu quebras tão grandes, umas companhias a revelarem prejuízos e outras a abrirem falência, nos Açores conseguimos um aumento de 8% a nível do fluxo de passageiros nos nossos aeroportos. Portanto, uma taxa de crescimento excepcional perante um contexto internacional muito pouco promissor.

Muito obrigada.

Deputado Nuno Tomé e Luís Paulo Alves (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vamos voltar a focar o debate.

A bancada do PSD desafia o Governo Regional a responder a esta pergunta simples:

É ou não verdade que o Sr. Secretário Regional da Economia, sobre uma pergunta do PSD quanto às taxas a coberto de emissão dos bilhetes para Lisboa, disse duas coisas diferentes?

A primeira coisa que o Sr. Secretário Regional da Economia disse em Janeiro deste ano foi que este valor de 16 euros cobrado pela SATA e pela TAP, a coberto de uma taxa de emissão de bilhete nas deslocações dos Açores para Lisboa, se devia ao facto do Governo Regional ter proposto ao Governo da República, ao INAC, uma comparticipação de 100 euros para subsidiação do transporte aéreo para Lisboa e o Governo da República ter apenas aceite 87 euros. Primeira explicação.

Segunda explicação do Sr. Secretário Regional da Economia na Comissão Parlamentar de Economia:

A taxa de emissão dos bilhetes já não era por esta razão, mas era para fazer face ao aumento do custo dos combustíveis para o transporte aéreo.

Duas explicações diferentes num espaço de tempo de 3 meses. Ou seja, o Governo Regional dos Açores está a mentir aos açorianos quanto à verdade e à verdadeira razão da cobrança de uma taxa de 16 euros no transporte aéreo entre os Açores e o Continente.

O que é verdade é que a cobrança desta taxa não consta em nenhum segmento, em nenhuma disposição da comunicação da Comissão que está publicada no Jornal Oficial e que se refere às obrigações modificadas de serviços do transporte público aéreo entre o Continente e os Açores.

A única referência à cobrança de taxas é relativamente aos passageiros que, tendo reserva, não comparecem ao embarque.

A questão política é esta: é que perante valores de transporte aéreo fixados em regulamento, fixados por disposição comunitária, o Governo Regional tem conhecimento e autorizou, porque é a tutela da SATA, uma cobrança de uma taxa adicional de 16 euros que encarece em 8% o transporte aéreo dos Açores para Lisboa e esta é uma taxa que onera o bolso dos açorianos, e que o Governo Regional esconde aos açorianos fingindo que é, ora por culpa do Governo da República, ora por culpa do aumento dos combustíveis.

A bancada do Partido Social Democrata quer saber do Governo qual a verdadeira explicação para a cobrança desta taxa de 16 euros e por que é que o Governo Regional em dois momentos diferentes e num espaço de 3 meses dá duas explicações completamente diferentes e antagónicas sobre esta matéria.

A conclusão é esta: o Governo Regional autorizou a SATA a aumentar o preço das tarifas aéreas para Lisboa e não quer dar isso a conhecer aos açorianos. Isto chama-se mentir aos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo trouxe a esta câmara um assunto essencial para a vida dos açorianos.

De facto, todos sentimos, todos sabemos que a nossa realidade arquipelágica, insular, dispersa, o nosso isolamento determina que as nossas ligações internas e com o exterior sejam de facto uma das matérias mais importantes do nosso viver açoriano.

Nesta matéria gostaria de dizer que o PSD sempre esteve a favor, no que concerne a um debate que ainda agora houve sobre as ligações com a Ilha do Pico, sobre esta matéria.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está atrasado! Isso é outra história!

O Orador: A ligação do Pico com o exterior, para o Sr. Deputado do Pico, devia ser claramente uma questão de transportes aéreos. É isto que está em causa.

Gostaria de dizer que o PSD sempre esteve a favor disso e a má memória de alguns não pode utilizar a pouca ou a falta de memória de outros e a memória certa é esta, é que o PSD, designadamente através do seu Presidente, Dr. Victor Cruz, publicamente...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ...e até por escrito, ao seu mais alto nível, por mais do que uma vez, defendeu, de facto, a ligação do Pico com o exterior.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, vamos ver se nos entendemos aqui em relação a esta matéria.

O Sr. Deputado Jorge Macedo veio falar das taxas, dos preços e dos custos das passagens.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Dos transportes aéreos.

Presidente: Do custo das passagens, muito especificamente.

Só inicialmente é que fez uma saudação, referindo-se ao público e dizendo que era natural do Pico, que tinha família naquela ilha.

Portanto, não posso aceitar que se volte atrás a falar do aeroporto do Pico.

Vamos falar do custo das passagens, porque é esse o objecto da intervenção.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente eu aceito a ressalva, mas durante esta legislatura...

Presidente: Sr. Deputado, não temos.

O Orador: ... durante esta legislatura já aconteceu num debate sobre agricultura, os deputados falarem de tudo menos de agricultura e o Sr. Presidente nada disse.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, isso não é verdade e eu não posso deixar passar isso em claro.

Eu não quero envolver-me em discussão consigo. Agora, o senhor fazer a sua defesa acusando o Presidente da Assembleia de violar os regulamentos, eu acho que é aborrecido.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, obviamente e com o devido respeito, não vou entrar em debate consigo, mas os registos da Assembleia são a prova daquilo que acabei de dizer.

No entanto, e em relação a esta matéria tão importante como as ligações aéreas com o exterior, não pode passar em claro aquilo que foi a mensagem trazida aqui pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de que estava tudo bem e de que eram apenas os Deputados do PSD que se lembraram, de repente, de trazer aqui uma contestação que era quase que inventada por nós. Mas não é isso que se sente. O que se sente é sobre esta matéria existe uma profunda contestação na sociedade açoriana.

De resto, faço lembrar, que ainda agora entrou nesta casa uma petição com muitas e muitas assinaturas que tem tudo menos satisfação com o actual modelo...

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... referindo, realçando expressamente uma questão que é importante e que tem a ver com a forma como as ligações internas entre os Açores e as ligações com o exterior estão a afectar a vida dos açorianos. Isto é claro na petição, como é claro, por exemplo, em posições do conselho das Comunidades Portuguesas, das ligações entre os emigrantes açorianos no exterior com os Açores. A contestação não é apenas interna e muito menos uma contestação do PSD, é uma contestação que vai para além das fronteiras da Região.

O que quero dizer é que numa altura em que as ligações entre os povos e as comunidades deveria ser mais fácil, mais promotora desses contactos, numa altura em que deveria haver o princípio da igualdade entre as várias comunidades, o que se assiste é o contrário. É que as ligações tornam-se mais difíceis, porque mais onerosas, e, por outro lado, o que é certo é que o que acontece neste momento é que os açorianos de umas ilhas estão mais onerados em relação aos açorianos de outras. Os açorianos da Terceira e do Faial estão a pagar mais do que aquilo que pagavam antes e também estão a pagar mais do que os açorianos de outras ilhas, com os 60 euros de ligação da Terceira e do Faial com o Porto, que é o objecto da petição.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E os outros? Pico, São Jorge e Graciosa...

O Orador: Por exemplo, disse eu.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Devo dizer o seguinte, é que a importância desta matéria não deve ser ensombrada por qualquer um dos habituais números que o Governo utiliza para desviar os assuntos.

A importância é esta. O que está aqui em causa é o aumento das tarifas; o que está aqui em causa é a forma como os açorianos se sentem mais onerados com o custo das suas ligações com o exterior; o que está aqui em causa é que há açorianos tratados de uma maneira e açorianos tratados de outra; o que está aqui em causa é que hoje estão com uma situação pior do que estavam ontem. É isto que está em

causa e é para isto que pedimos um esclarecimento do Governo Regional dos Açores.

Esperamos é que o Governo, em vez de desviar o assunto para outras matérias, diga o que pensa sobre esta matéria e explique aos açorianos o que está em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu confesso que a maior parte do que eu ia dizer, neste momento, tinha mais a ver com a intervenção anterior do Deputado Hernâni Jorge.

De qualquer forma, gostaria de dizer que na primeira intervenção que fiz, fiz um alerta ao Governo: que não se tomassem agora medidas que pudessem vir a estrangular esta benesse que contemplou a Ilha do Pico. Este aumento das tarifas aéreas poderá vir a ser um estrangulamento.

Eu não gostaria de deixar passar esta oportunidade para dizer que estranho que o Deputado Hernâni Jorge tenha tido oportunidade de procurar estudos que já ninguém se lembra, comentários proferidos por pessoas a título individual...

Presidente: Sr. Deputado, o senhor não vai falar nisso.

O Orador: Termino então aqui a minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado e também não vai falar nisso.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou tentar contrariar o desvio de rota que os Deputados do PSD imprimiram nesta última parte do debate...

Deputado Nuno Tomé (PS): Precisam de um “GPS” político!

O Orador: ... e vou-me centrar exactamente naquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo sobre o aumento das passagens aéreas.

De facto, a sua intervenção, Sr. Deputado, para além de colocar questões absolutamente irresponsáveis, veio também a despropósito e não diria completamente a despropósito, porque curiosamente aparece no dia a seguir ao primeiro voo para o Pico...

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... tentando desvalorizar exactamente esse facto e nada mais do que isso.

Deputados José San-Bento e Hernâni Jorge (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Jorge Macedo (PS): Não, não. Eu não desvalorizei nada. Eu falei a verdade!

O Orador: Por outro lado, gostava de chamar a atenção para o seguinte, falando exclusivamente do aumento das passagens aéreas.

Como sabem, e factos são factos, o preço dos combustíveis nos últimos dois anos, mais do que duplicou; 35 a 40% dos custos operacionais da SATA têm a ver com os custos dos combustíveis e o que nós devíamos estar aqui, do ponto de vista económico puro, a discutir neste momento não eram tentativas de reduções de passagens aéreas, mas sim aumentos e aumentos muito significativos.

Eles, os aumentos, só não estão a acontecer em volume mais significativo, porque por via das contrapartidas do concurso das rotas inter-ilhas, o esforço de transferência de verba do Governo para a SATA, uma vez que os custos de exploração cresceram, é infinitamente superior àquele que era a alguns anos atrás e isto é um facto absolutamente indesmentível, basta conhecer os regulamentos do concurso para as rotas inter-ilhas. Basta também analisar o orçamento e ver as verbas que são transferidas.

Portanto, o esforço que a Região faz neste momento já é um esforço gigantesco e muito superior àquele que se fazia a algum tempo atrás e não me estou a referir ao tempo em que nem sequer se olhava para o transporte aéreo como uma coisa importante. Já lá vai esse tempo.

Por outro lado também, nós privilegiamos uma coisa que é muito importante para o nosso desenvolvimento, que é a estabilidade da SATA, a estabilidade de uma empresa que tendo tido 200 milhões de euros de volume total de negócios, teve 3 milhões de resultados líquidos, ou seja, 1,5% que, como o Sr. Deputado sabe, praticamente é estar no *break-even*.

Mesmo assim conseguimos estar acima do zero. A maioria das companhias nacionais não conseguiu.

Nós privilegiamos e os açorianos percebem isso perfeitamente, porque eles sabem o que é que é a estabilidade, eles privilegiam esse valor, apostaram em nós exactamente porque nós transmitimos também esse valor e temos de dar garantias desse valor, do valor da estabilidade, a estabilidade que eles não conheceram no passado.

Portanto, privilegiando essa estabilidade, nós continuaremos com a política que está traçada para o transporte aéreo. Não nos desviaremos, nem um minuto, daquilo que está a ser feito, porque essa é uma empresa estratégica fundamental e é um activo fundamental para esta Região.

Por último, gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Jorge Macedo que as afirmações que fez são absolutamente irresponsáveis e era bom que ficasse claro nesta casa quais são os interesses que estão a ser protegidos, porque é de uma enorme irresponsabilidade se o Sr. Deputado não clarificar esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta temática já foi adequadamente abordada na sequência da intervenção do Deputado Jorge Macedo e muito clarivamente, aliás, pelos deputados do PSD que se seguiram, designadamente pelo Deputado Pedro Gomes na forma como procurou centrar a questão.

Com o devido respeito, Sr. Secretário Regional da Presidência, eu até acho que o número que acabou de fazer foi competente do ponto de vista parlamentar na versão artística, mas continua a lateralizar para nunca ir a jogo.

Sr. Secretário Regional, eu julgo, sinceramente, que quer o Deputado Jorge Macedo, quer os restantes Deputados do PSD, colocaram uma questão perfeitamente definida que merece uma resposta. É tão simples quanto isto!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Fizeram insinuações!

O Orador: Não vale a pena voltar a discutir a questão do aumento das passagens aéreas. Isso é um facto. É comprovado pela aritmética que, através da introdução de uma taxa de serviço, “*Tax Service Fee*”, no valor de 16 euros, e de 4 euros nas

viagens inter-ilhas, porque a SATA também a pratica, o preço das passagens foi objectivamente aumentado. É um facto incontornável.

A questão central que se coloca, para além da questão política que tem a ver com o facto do Governo Regional ter prometido que as passagens não aumentavam e ter inclusive glorificado de alguma forma o processo que conduziu às novas regras para o serviço público relativamente às viagens aéreas dos Açores para o Continente, tem a ver com a justificação desta taxa.

Se me permitem, nessa matéria, eu queria só dizer uma coisa muito simples:

Pessoalmente tenho que aceitar em tese que essa taxa seja aplicada designadamente pelas agências de viagens, no sentido de se tratar de uma taxa de serviço que se destina a pagar, por exemplo, despesas de reserva. Quanto a isso nada há a dizer. Quem recorrer a agências de viagens, sabe que acresce esse valor.

Agora, a questão central deste debate tem a ver com as tarifas administrativas, com as tarifas públicas fixadas no âmbito da imposição do serviço público aos operadores de transporte, os quais, note-se, são subsidiados para o efeito.

A equação que se põe é tão simples quanto isto: só há uma razão, do meu ponto de vista, para intervencionar tarifas, fixar administrativamente o seu valor e condições de aplicação; é fazer com que o preço final daquele produto ao consumidor esteja pré-fixado, seja previsível e não decorra do funcionamento das regras do mercado, que faria com que fosse previsivelmente superior.

Assim, se se determinar, por um lado, que as empresas não possam alterar a tarifa no sentido estritamente técnico do termo, mas permitir que lhe possam aditar taxas a um título e de um valor qualquer (neste caso foi 16 euros, mas poderia ter sido 40 ou 100, não há nenhuma regra para o definir), se for permitido isso, está-se objectivamente a autorizar que sejam ladeadas as obrigações contratuais dos próprios operadores de transporte, que o objectivo final não seja atingido.

Em conclusão, teremos uma situação muito preocupante. É que há verdadeiramente duplo financiamento. Pagam os açorianos, através do Orçamento de Estado, dos seus impostos quando se financiam os operadores de transporte e pagam os açorianos como consumidores finais no acto de aquisição do bilhete. Isto não é aceitável!

Acho, por conseguinte, que o Governo Regional deve equacionar esta questão seriamente e pronunciar-se objectivamente sobre a mesma, no sentido de, por um lado, manifestar-se contra a aplicação dessa taxa pela TAP, pela SATA Internacional e também naturalmente ao nível das viagens inter-ilhas, porque o princípio é o mesmo.

Se não o fizer, está a caucionar aumentos encapotados de tarifas e a permitir aos transportadores que operando em roda livre, possam, sempre que quiserem, sob qualquer expediente, aumentar objectivamente o preço final do produto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, é para nos termos regimentais solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 20 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostaria, em relação às intervenções que me antecederam, de tornar claro o seguinte:

Os Srs. Deputados Pedro Gomes, Alberto Pereira e Clélio Meneses acusaram o Governo Regional de lateralizar a discussão, porque exigiu um esclarecimento cabal das insinuações que foram feitas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foram insinuações. Foram afirmações!

O Orador: Mais me ajuda. Foi uma afirmação de que o Governo estava ao serviço de interesses.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não ponha na minha boca aquilo que eu não disse!

O Orador: “Os açorianos estão a pagar a pressão de interesses”. Isto consta da sua intervenção. “O Governo deve combater interesses lesivos da nossa comunidade.”

Quer somar as duas coisas?

O que quer dizer é que o Governo não combateu interesses lesivos da nossa comunidade e por isso é que os açorianos estão a pagar a pressão de interesses. É isto que está dito na sua intervenção.

Lateralizar a discussão?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Porque não respondeu às questões colocadas!

O Orador: Se é isso que está dito na intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, então o Governo é que é acusado de lateralizar a discussão?

Então o Governo não tem o direito de ser esclarecido sobre que interesses é que são esses?

Eu não percebo por que razão é que o Governo, quando coloca a questão nesses termos, é acusado de lateralizar o que quer que seja.

Então o Governo não tem a possibilidade de defender a sua honra? Então isso não é uma coisa que põe em causa a honorabilidade dos membros do Governo?

O facto de não ser cabalmente esclarecido não põe em causa a dignidade desta casa?

Ou isto agora já pode ser assim, toque e foge? Diz que o Governo pode estar ao serviço de interesses e depois não se concretiza?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vai-se concretizar. Tenha calma!

O Orador: Mas é isso que o senhor já devia ter feito. Esta é a segunda intervenção que já estou a fazer e o senhor ainda está calado, quando não devia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já pedi a palavra!

O Orador: Esta matéria é fundamental para o Governo.

Em relação à questão do aumento das tarifas aéreas, eu concordo com o Sr. Deputado Alberto Pereira quando diz que está aqui em causa aumento das tarifas aéreas. É certo. Mas também está em causa a outra parte.

Portanto, a acusação de lateralizar não pode proceder, de maneira nenhuma.

Os senhores, em relação a esta matéria, têm também que ter consciência do seguinte:

Foram feitas aqui diversas intervenções que partem do princípio que o Governo não informou, que o Governo não quer informar, que o Governo foge a esclarecer.

Se bem me recordo, os Srs. Deputados têm dois requerimentos sobre esta matéria. Algum deles não foi respondido?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não dizem nada!

O Orador: Os dois foram respondidos.

A Comissão deste parlamento solicitou a presença do Governo, do Secretário Regional da Economia, para esclarecimentos.

O Secretário Regional da Economia foi à Comissão para esclarecimentos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Esta questão não foi esclarecida!

O Orador: Esta questão não foi colocada?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Foi, mas não foi esclarecida!

O Orador: Mas se faltavam esclarecimentos pedissem ao Governo também na Comissão.

É, sobretudo, esta tática do PSD de levantar insinuações, fazer afirmações, conforme diz o Sr. Deputado Jorge Macedo, e depois não as concretiza, deixando no ar essa sombra de dúvida, que não pode continuar assim.

Entendemos que o Governo está no direito de exigir a clarificação desta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria só esclarecer o Sr. Deputado Pedro Gomes que não teve a honra e o prazer de ir à Comissão de Economia, como o fez o Deputado Jorge Macedo – podia ter ido muito bem se tem interesses nessa matéria – que devia ter ido para receber os esclarecimentos do Secretário da Economia.

Não pode vir aqui com meia mentira dizer que não foi esclarecido pelo Sr. Secretário na Comissão e que os Deputados do PSD não estão informados da razão pela qual houve os aumentos do preço para Lisboa das passagens aéreas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Secretário disse que era em virtude do preço dos combustíveis!

O Orador: O Sr. Deputado vai falar quando chegar à sua vez.

Sr. Deputado Pedro Gomes, o Sr. Secretário Regional na nossa reunião da Comissão de Economia, começou por fazer uma análise ao transporte aéreo dos Açores, ao sistema novo que iria existir para os Açores, aos 100 euros que foram pedidos ao Governo da República e aos 86 euros que foram concedidos pelo Governo da República.

Houve a tentativa do Governo Regional de vir para baixo dos 100 euros...

Deputado Pedro Gomes (PSD): 87 euros!

O Orador: ... pronto, mais precisamente 87 euros. Portanto, o Sr. Secretário começou por fazer essa explicação que foi a primeira, porque se eu vou para uma negociação e peço 100 euros, é completamente diferente dos 87 euros que foram concedidos.

Portanto, a construção do preço do bilhete por uma companhia aérea é completamente diferente face ao mercado. Aqui não há mais dúvidas. Se não disponibilizam 100 euros numa determinada altura e só é possível darem 87, é claro que a situação da SATA ou de qualquer outra companhia aérea para os Açores será completamente diferente.

Se no passado havia possibilidades de subsidiar os défices de exploração da própria SATA, hoje o Governo está impedido de o fazer. E se está impedido de o fazer não há outro caminho...

Deputado Alberto Pereira (PSD): É uma forma de subsidiar!

O Orador: ... e o Sr. Secretário foi muito claro.

Hoje, e aqui, digo o Sr. Secretário disse na Comissão: não é papaguear, é um esforço muito grande que a SATA e o Governo Regional está a fazer para manter os preços que nós temos hoje dos bilhetes dos Açores para o Continente e do Continente para os Açores. Hoje e nos próximos meses, se os preços dos combustíveis continuarem ao preço que estão, é com muito esforço que vamos manter aqueles preços. Se se mantiver a subida dos preços dos combustíveis temos que estar abertos, não à descida do preço do bilhete, mas ao seu aumento. É isso que o mercado internacional dita, é isso que as outras companhias estão a fazer e nós não estamos para ter uma empresa deficitária nos Açores. Queremos uma empresa consolidada nos Açores nos transportes aéreos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta minha intervenção pretende esclarecer o Sr. Deputado Pedro Gomes quando faz uma intervenção, utilizando uma grave incorrecção, e diz que foi o Governo Regional que autorizou a imposição desta taxa de emissão do bilhete na passagem aérea no valor de 16 euros. Não foi o Governo Regional que autorizou.

Desde a primeira vez que o Secretário da Economia fez o esclarecimento público, no dia seguinte ao vosso primeiro pedido de esclarecimento, afirmou que, essa taxa de emissão do bilhete da passagem aérea que está a ser praticada pelas agências de viagem e companhias aéreas, resulta de um acordo que foi feito entre as companhias aéreas e as agências de viagens, através da APAVT (Associação Portuguesa de Agentes de Viagens e Turismo), à semelhança do que vem acontecendo nos mercados mundiais. E mais acrescentou, este acordo celebrado pelos vários intervenientes no mercado do transporte aéreo, só foi possível depois do parecer e concordância do INAC que, como se sabe, é a Entidade Reguladora da Aviação Comercial em Portugal.

Portanto, não foi o Governo Regional que autorizou nenhum tipo de taxa de emissão do bilhete. É uma grave incorrecção e tem que ser corrigida.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu vou tentar, nestes três minutos que tenho ao meu dispor, responder a todos os comentários e afirmações feitos nas intervenções que aqui foram proferidas pelos Srs. Deputados e pelo Sr. Secretário Regional da Presidência.

Gostaria só de fazer um aparte. A nossa intervenção nesta casa, e achando graça ao aparte do Deputado Nuno Amaral, é para evitar que sejam os açorianos a "aterrar de emergência".

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência eu gostaria de dizer que eu não insinuei. Eu afirmei, como disse há bocadinho em aparte.

É preciso distinguir uma coisa: Quando se fala em interesses lesivos e pressões, não significa que ninguém está metendo dinheiro na algibeira. São interesses legítimos das companhias aéreas.

Se o Governo Regional não foi capaz, se perdeu capacidade negocial junto do Governo da República, ao não conseguir que o subsídio à tarifa fosse superior, evidentemente que as operadoras têm de defender os seus interesses legítimos e, evidentemente, que forçaram e pressionaram os poderes públicos, incluindo o Governo Regional, o INAC e o Governo da República, no sentido de conseguir que fosse permitido aos açorianos cobrar a taxa de emissão dos bilhetes, através das agências de viagens.

São pressões legítimas, mas foram pressões que aconteceram. O que acontece é que os açorianos estão a pagar mais 16 euros. Ponto final. Estes são os factos como muito bem os senhores gostavam de referir nos vossos *outdoors* de campanha eleitoral.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Rego, eu gostaria de referir o seguinte:

Eu tive o cuidado de consultar a Internet para perceber se a explicação do Sr. Secretário Regional da Economia, a segunda explicação, porque na primeira a culpa era do Governo da República, na segunda era do preço dos combustíveis.

Coincidência das coincidências, no dia 2 de Outubro de 2004, o preço do barril do petróleo nos Estados Unidos estava cotado a 54,14 dólares. Coincidência das coincidências, no dia 18 de Abril, Segunda-feira passada, o preço do barril nos Estados Unidos está nos 50,61 dólares. Ou seja, a justificação do preço do petróleo não cola, porque o preço do petróleo, como todos nós sabemos, já esteve mais baixo, já esteve mais alto, mas coincidência das coincidências, até ajudando neste debate, acontece que agora é igual àquilo que era em Outubro de 2004, pese embora já estivesse mais baixo, pese embora já estivesse mais alto.

Há um pormenor que eu gostaria de chamar a atenção relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Rego. Nós todos estivemos na Comissão de Economia, ouvimos

as explicações do Sr. Deputado Regional, mas há uma coisa que não foi explicada. O que é que não foi explicado?

O Sr. Secretário Regional da Economia disse: “eu solicitei 100 euros de subsídios ao bilhete e fiz as contas na perspectiva de todas as indemnizações compensatórias concedidas nos dois anos anteriores a dividir pelo número de passageiros”. Dava 100 euros.

Até aí, tudo bem. Estamos todos de acordo.

O que é que está acontecendo agora?

É que as companhias estão a receber um subsídio ao bilhete de 87 euros, o que adicionado aos 16 euros que os açorianos estão a pagar dá 103. Ou seja, para todos os efeitos nós estamos a pagar mais do que aquilo que o Sr. Secretário Regional da Economia considerava o ideal e estamos a pagar muito mais do que aquilo que ele considerava que era razoável, como o Sr. Deputado ouviu, 95 euros.

Para bom entendedor, nós estamos a pagar mais 3% do que aquilo que o Sr. Secretário Regional disse que era o ideal nas negociações com o INAC e com o Governo da República e mais 8,5% relativamente àquilo que o Sr. Secretário Regional disse que era o razoável.

Ouçam bem:

O Sr. Secretário Regional da Economia disse que o razoável era 95 euros e que o ideal era 100 euros.

Agora, nós estamos a pagar 103 euros, ou seja, há um encaixe das companhias superior àquilo que era considerado ideal.

E termino já, Sr. Presidente, dizendo que nada me move contra acordos de *code-share*, respondendo à intervenção da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, e uma coisa que eu não admito, Sr. Deputado Lizuarte Machado, é dizer que com esta intervenção eu quis desvalorizar o início da operação no Pico.

Eu comecei esta intervenção a dizer que muito me congratulava. Por favor, pelo menos dêem-me esse benefício da dúvida.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cito a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz:

“A taxa de emissão do bilhete resulta de um acordo entre a SATA, a TAP e os agentes de viagens”. Aliás, cito a Sra. Deputada citando o Sr. Secretário Regional da Economia, na Comissão de Economia.

Deputado António Marinho (PSD): É a recitação!

O Orador: O que significa que verdadeiramente há aqui um acordo entre transportadoras obrigadas ao transporte público de passageiros e um serviço de transporte público e os agentes de viagens. Desse acordo resulta um acréscimo para todos nós cidadãos, para todos nós passageiros, de 16 euros nas viagens entre os Açores e Lisboa, que todos nós pagamos. Esta é a questão e não outra.

Sr. Deputado José Rego, eu não estive na Comissão de Economia, mas o meu grupo parlamentar tomou conhecimento das questões que foram suscitadas e das respostas que foram dadas pelo Sr. Secretário Regional.

Eu volto a acentuar aqui aquilo que é essencial: é uma divergência de explicações do Governo nesta matéria.

Deputado José Rego (PS): Não é, Sr. Deputado!

O Orador: O Governo Regional sobre esta matéria dá duas explicações diferentes...

Deputado José Rego (PS): Não dá!

O Orador: ...e autoriza, porque é a tutela da SATA – como bem lembrou aqui a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, até é o accionista maioritário da SATA, aliás, é o único – a Companhia de Transportes Aéreos dos Açores a fazer um acordo pelo qual se cobra um preço adicional para uma tarifa.

Já percebemos todos que afinal isto é um preço adicional ao bilhete que nós pagamos à margem das regras do concurso.

É isto que o Governo Regional se recusa a assumir aqui perante esta câmara e perante os açorianos (não percebemos porquê!) e refugia-se num conjunto de floriados técnicos.

Para além do preço que está fixado (e não estou a inventar, o preço está fixado) na comunicação da comissão que regula esta matéria, “179 euros aplicável aos residentes na Região Autónoma dos Açores para viagens de ida e volta ao

Continente”, o Governo Regional permitiu que a transportadora regional SATA, que é a companhia da qual ele detém unicamente o capital social, aumentasse 16 euros o custo das viagens, pagos por todos nós.

Deputado Lizuarte Machado (PS): O senhor está a confundir coisas inconfundíveis!

O Orador: Pagos por si, Sr. Deputado Lizuarte Machado, pagos por mim, pago por todos os nós e pago por todos os açorianos.

O senhor gosta de pagar estes 16 euros. Eu não gosto e os açorianos também não gostam.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas os açorianos sabem o valor do justo!

O Orador: É um preço de bilhete encapotado.

Presidente: Srs. Deputados, gostava muito que o debate continuasse, mas ficou acordado na Conferência de Líderes que terminava ao meio-dia. Tenho várias pessoas inscritas, mas ficam prejudicadas. Foi isso que ficou combinado.

Passamos à **Agenda do Dia** com a continuação da discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 37/2002/A, de 28 de Novembro que “define a estrutura e competência do Conselho Regional da Água”**.

De acordo com as minhas notas eu já não tenho mais ninguém inscrito sobre esta matéria, por isso vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS e 15 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Para a especialidade temos uma proposta de alteração vinda da Comissão e outra do PSD.

O PS fez chegar à mesa um documento subscrevendo a proposta vinda da Comissão. Está aberto o debate para o artigo único que compreende o nº 2, nº 4 e o nº 10 do diploma que se está a alterar, mas em boa verdade é um artigo único e se ele for

votado favoravelmente fica imediatamente prejudicada a proposta de alteração do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. É para uma interpelação à Mesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para solicitar à Mesa, subscrevendo o entendimento que o Sr. Presidente expressou, para poder apresentar com novidade a proposta de alteração do PSD.

Concordo com a metodologia que o Sr. Presidente acabou de apresentar. As votações são alternativas, mas o PSD gostaria de ter oportunidade de, como novidade, apresentar a sua proposta.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sem repisar ou replicar os argumentos que foram expostos no debate na generalidade, a proposta do PSD é suficientemente clara. Aliás, há um lapso de escrita, do qual me penitencio. Na proposta de alteração onde se diz a) e b) deverá ler-se o) e p), mas penso que isto ficou claro em função...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é um lapso. É mesmo um erro, Sr. Deputado!

O Orador: É um lapso de escala, Sr. Deputado.

A proposta de alteração do PSD visa repor a situação que se encontrava e que se encontra hoje em vigor no Decreto Legislativo Regional 37/2002/A, de 28 de Novembro, isto é, manter a representação de dois representantes da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e também dois representantes da Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias, dado que, como resultou até do debate na generalidade que nós fizemos, quer pela maioria, quer pelo Governo Regional, não foi apresentada nenhuma razão, nem substancial, nem formal, que possa sustentar com o mínimo de credibilidade a opção da redução da representação dos autarcas deste conselho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Porque às vezes é sempre difícil estabelecer a fronteira entre a generalidade e a especialidade, sobre esta matéria, nomeadamente na intervenção que fiz ontem, tive oportunidade de, em nome do Grupo Parlamentar do PS, me pronunciar.

Neste momento, o que há que registar, por um lado, é o conservadorismo, digamos, do PSD, que acha que qualquer diploma, qualquer iniciativa, qualquer norma, será imutável. Portanto, não pode evoluir.

Sr. Deputado, o facto do senhor e o Grupo Parlamentar do PSD não entenderem as razões aduzidas pelo Partido Socialista, não põe em causa a sua pertinência.

Uma coisa é aquilo que o nosso Grupo Parlamentar apresenta como fundamentos e que já foram expendidos. Não há, em nosso entender, nenhuma razão para um determinado organismo, em termos de representação no Conselho Regional da Água, ter um tratamento diferente dos restantes. Em termos de quantidade, que não qualidade, porque não estamos a falar aqui, no momento, de ninguém ter sido excluído na representação no Conselho Regional da Água. Exactamente o contrário. Há um outro organismo que também foi acrescentado.

Portanto, o PS explicou, insistiu e reiterou a explicação.

É clara, e penso que de mediana transparência, a posição que o PS tem sobre esta matéria. É clara como água, é meridiana e cristalina.

O PSD não entende. A culpa já não é nossa.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não querendo também repetir os argumentos que já foram utilizados ontem pela Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, parece-me que a proposta que o Governo apresenta a esta Assembleia, mesmo com as melhorias que sofreu em sede de Comissão, é perfeitamente compreensível e justificável.

O que há aqui é adopção de uma solução de configurar a representação de determinados sectores apenas com um representante. Isto permite que no caso da Associação de Municípios, e uma vez que há representação da Associação de Municípios, um só representante é suficiente. No caso das freguesias igualmente, um só representante é suficiente.

No caso do Governo o critério é exactamente o mesmo, uma vez que se tem que aferir a representação do governo em virtude dos interesses e das áreas em causa e não enquanto representação do órgão de Governo próprio. Parece-me que isso é também particularmente claro.

Portanto, a solução que o Governo apresenta a esta casa é coerente com este critério de apresentação e de representação das actividades que aqui estão em causa no Conselho Regional da Água e, sobretudo, uma solução – e não será de mais realçar este aspecto – que não diminui, nem põe em causa minimamente aquilo que é a representação de cada uma das entidades e de cada uma das perspectivas que relevam para o funcionamento do Conselho Regional da Água. Isso parece-me particularmente claro e, portanto, neste ponto de vista, a ser necessário alguma justificação acrescida, deve ser, penso eu e salvo o devido respeito, a justificação acrescida por que razão é que o PSD pretende dois representantes de cada organismo, quando os interesses em causa já estão salvaguardados pela existência de um representante.

Eu recordo que no início desta discussão foi o próprio Sr. Deputado Pedro Gomes que disse que até as deliberações do conselho não eram vinculativas. Portanto, nem sequer quero pensar que está aqui em causa uma questão de conseguir maior ou menor número de elementos.

Portanto, o critério seguido pelo Governo é unânime.

Eu realçava apenas que, segundo a proposta que o Governo apresenta, existem excepções a esta representação de um só elemento por área de actuação. É o caso das organizações não governamentais da área do ambiente, o que me parece perfeitamente justificável, tendo em conta o facto de não haver uma estrutura de cúpula das organizações não governamentais e, por último, a questão das duas personalidades de reconhecido mérito, o que também me parece perfeitamente

justificável, uma vez que o interesse que aqui está representado não é o reconhecido mérito, mas sim as áreas de actuação e de intervenção destas personalidades.

Realçando mais uma vez a coerência e o rigor que transparece da proposta do Governo, penso que da parte do Governo está explicada esta proposta e as soluções adoptadas.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar a proposta que vem da Comissão para este artigo único.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo único foi aprovada com 31 votos a favor do PS e 17 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Ficou prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PSD, mas temos que votar a proposta que vem do Governo, porque há uma alteração ao artigo 5º que não é contemplada e que tem que ser tratada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, creio que não, porque a proposta da Comissão é uma proposta da substituição integral do artigo único que englobaria também esse artigo 5º do diploma alterado.

Presidente: Sr. Deputado, desculpe, mas aquilo que diz é: “as seguintes propostas de alteração” e exclui o artigo 5º.

Diz: “os artigos 2º, 4º e 10º...”

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Exactamente, Sr. Presidente, é essa a alteração que vem da comissão e que acabou de ser votada, proposta de alteração para o artigo único.

Presidente: O que é que acontece à proposta para o artigo 5º?

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** A proposta de alteração para o artigo 5º não tem razão de ser, Sr. Presidente.

Presidente: Desaparece?

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Desaparece.

Presidente: Não sei se compreenderam. Eu estou com alguma dificuldade em compreender. Pode-me explicar melhor?

Compete-me fazer estas coisas. Eu tenho que perceber bem isto.

Isto não é uma proposta de alteração, é uma proposta de substituição.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não é de substituição. É uma proposta de alteração para o artigo único que altera as normas do diploma que institui as competências do Conselho Regional da Água e que não apresenta nenhuma alteração para o artigo 5º.

Presidente: Não apresenta nenhuma alteração para o artigo 5º ou elimina o artigo 5º?

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não apresenta nenhuma alteração para o artigo 5º. Mantém-se tal como está na versão actual.

Presidente: Então eu tenho que fazer uma votação?

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não, Sr. Presidente. Fez-se a votação do artigo único, alterando apenas os artigos 2º, 4º e 10º.

Presidente: Então eu tenho que fazer uma votação final global para apanhar o artigo 5º.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Para apanhar todos os artigos.

Presidente: Sendo assim, vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam em votação final global com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 31 votos a favor do PS e 17 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Resolução – “Para uma Assembleia Amiga do Ambiente”**.

Para apresentar a proposta tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por entendermos, que à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cabe o papel fundamental de, enquanto entidade representativa de todos os Açorianos, dar exemplos de cidadania activa, no que respeita ao exercício da Educação Ambiental, a Proposta de Resolução dos Deputados da Juventude Socialista/Açores, do grupo Parlamentar do Partido Socialista, visa aprofundar uma maior consciência ambiental, implementada na Assembleia, como forma de pôr em prática medidas concretas de prevenção e resolução de Problemas Ambientais.

Nesse sentido e, na prossecução destas preocupações, pretendemos com esta Proposta de Resolução implementar na Assembleia, um Sistema de Gestão Ambiental. Um subsistema de gestão que inclui actividades de planeamento, definição de responsabilidades, procedimentos e capacidades para manter, desenvolver e rever uma política ambiental.

Para tanto, deve a Assembleia Legislativa criar uma Política Ambiental, que comece por proceder a um levantamento rigoroso de todas as actividades exercidas na Assembleia que são prejudiciais a um bom desempenho Ambiental.

Assim, deve criar-se um Plano Integrado de Gestão de Resíduos que passe pela implementação efectiva da separação selectiva de lixo orgânico, papel, cartão, plástico, vidro, lâmpadas, latas, etc, em todas as instalações da Assembleia, sede e delegações; devendo depois ser encaminhados para o destino adequado; deve criar-se, ainda, um Sistema de Promoção de Utilização Racional de Materiais e Equipamentos, que tenha como preocupação a economia do papel concretizada na distribuição de todos os documentos da Assembleia em suporte digital, na utilização de papel reciclado, no fornecimento de bebidas em garrafas e copos de vidro e de café em chávenas convencionais, na preferência na compra de materiais e equipamentos, que utilizem produtos reciclados ou recicláveis, na utilização de rolos de toalhas reutilizáveis ou de secadores térmicos a frio.

Por outro lado, entendendo que a iluminação e o uso de equipamentos de ar condicionado bem como o funcionamento de todos os equipamentos de escritório

são responsáveis por grande parte do consumo de energia, entendemos que deve ser promovida a utilização racional de energia eléctrica.

Assim, deve proceder-se a um diagnóstico em todos os edifícios da Assembleia para verificação do modo como se utiliza a energia; sensibilizando os funcionários e os senhores deputados para melhores práticas de utilização; devem adquirir-se equipamentos, cujo critério de selecção seja o nível de consumo energético; devem ser instalados sensores de luminosidade, devem ser instaladas lâmpadas de alto rendimento luminoso.

Propomos, ainda, que na Assembleia se substituam as torneiras actuais por torneiras temporizadoras, nas instalações sanitárias, de forma a evitar desperdício de água.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Actualmente, assiste-se, a uma crescente transversalidade das questões ambientais. Grande parte das organizações institucionais e empresariais mostram-se cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental sólido, através do controlo do impacte ambiental das suas actividades, produtos ou serviços. Isto deve-se, não só ao desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais exigente, como também, ao aparecimento de legislação restritiva e a um crescimento generalizado das preocupações ambientais.

A Educação, a Sensibilização e a Promoção Ambiental de cidadãos capazes de responder às constantes exigências de uma Sociedade em permanente mudança estão patentes nas acções desenvolvidas nas Escolas, através de Clubes e Práticas Pedagógicas, nos ATL's e Ecotecas.

A Juventude Socialista/Açores defende, desde sempre, que o cuidado com todas as questões respeitantes ao Meio Ambiente é fundamental para o desenvolvimento qualificado e sustentável da nossa Região. É, por isso, que a JS espera que, num futuro próximo, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, possa ser detentora de uma certificação ambiental de acordo com as normas internacionais ISO 14001 e com o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Cumprido este objectivo a Assembleia Legislativa tornar-se-á num exemplo para a Região e para o Mundo, numa verdadeira amiga do Ambiente.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que o Grupo Parlamentar do PSD, concordando com a generalidade do proposto por esta Resolução, a votará favoravelmente. Deixa, no entanto, a nota de que esta é uma questão de gestão da casa e uma competência da mesa da Assembleia. É, sobretudo, uma oportunidade para os deputados militantes da JS assegurarem protagonismo.

Esta recomendação é dirigida sobretudo à organização interna. A forma mais adequada talvez seria a de deliberação, porque esta não é de eficácia externa. É apenas para a gestão da própria Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

É óbvio que os deputados eleitos são do Grupo Parlamentar do PS e não da Juventude Socialista, como aqui vem, mas são pormenores que, obviamente não desmerecem o objectivo da Resolução, razão pela qual o PSD se associa e votará favoravelmente.

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Gomes ainda pretende intervir?

Deputado Nuno Tomé (PS): Não pode deixar, em nome da Juventude Social Democrata!

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso falar em nome da JSD porque já não tenho idade para ser seu militante, embora seja militante honorário, mas partilho com a JSD muitas das posições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como acabou de ser dito pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o PSD dará o seu voto favorável a esta Proposta de Resolução, entende-a como um código de boas práticas ambientais para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Pese embora a circunstância do conteúdo da proposta não ser claro nalguns aspectos, ser obscuro noutros, ser excessiva nalgumas das intenções e tive ocasião de assinalar isso mesmo na reunião da Comissão de Assuntos Parlamentares, onde esta proposta foi discutida, tendo mesmo sugerido aos seus proponentes que pudessem adequar o seu texto a uma filosofia que se pretendia, e sei que está no espírito dos seus subscritores, já que nos termos regimentais nenhum outro grupo parlamentar pode apresentar propostas de alteração à resolução, apenas os seus subscritores o podem fazer, mas não o tendo feito, e ainda com esta ressalva, o Partido Social Democrata não deixará de votar favoravelmente este código de boas práticas ambientais.

É com este espírito – primeiro, porque esta resolução é um desafio à Assembleia (instituição), à mesa, à conferência de líderes, aos grupos parlamentares, aos funcionários, a todos aqueles que na Assembleia trabalham e passam grande parte do seu tempo; em segundo lugar, porque esta resolução é também um exemplo e pode ser um exemplo público para a Administração Pública de que uma instituição com o peso, com responsabilidade, a instituição onde se fazem as leis dos Açores, é uma instituição que se quer tornar amiga do ambiente e que quer adoptar boas práticas ambientais – e com esta intenção que vamos votar esta resolução sabendo também que a sua aplicação é uma aplicação gradualista, passo a passo, *step by step*, porque muitas das suas recomendações não podem ser aplicadas instantaneamente, vêm romper com práticas de longo período de tempo na administração e exigem uma nova conduta, uma nova postura e alguma exigência diferente no relacionamento da Assembleia consigo própria e também com um conjunto fornecedores que prestam serviços ou que vendem serviços à Assembleia.

Entendemos que, apesar de tudo, sendo excessivas e não fundamentadas cientificamente algumas das propostas que esta resolução contém, como por exemplo, considerar que a quantidade de papel excessiva, quando um documento tiver 20 páginas por cada deputado – são 20, como podia ser 10 ou como podiam ser 25, mas não é um número fundamentado do ponto de vista científico – a Assembleia

deveria também trabalhar no sentido de, começando neste aspecto, poder reduzir os gastos de papel que quantas vezes se revela inútil, podendo substituí-lo com vantagens pelos meios electrónicos, não exclusivamente o CD, porque os meios electrónicos e os meios digitais não se confinam aos CD's.

Com essa intenção e com esse propósito deverá a Assembleia, institucionalmente adoptar um conjunto de boas práticas para se tornar amiga do ambiente.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução – “Para uma Assembleia Amiga do Ambiente” foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

(*) **Deputado Nuno Tomé (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Manifestamos por este meio a satisfação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista pela aprovação, por unanimidade, da Proposta de Resolução apresentada a esta casa. Esta proposta, no nosso entendimento, é um desafio ao funcionamento desta casa, um desafio que pretende transformar esta Assembleia, que é o órgão fundamental da Autonomia, numa Assembleia, como diz a própria denominação da proposta, amiga do ambiente.

Portanto, temos que continuar e a Assembleia com esta nova abordagem dará certamente o exemplo a outras instituições, quer públicas, quer particulares da nossa Região e acho que esta proposta teve um outro mérito que me parece importante: fez, e neste plenário já se fez sentir isso, com que se criasse uma nova abordagem também dos partidos da oposição em relação à questão ambiental, uma vez que neste plenário se fez ouvir da parte dos partidos da oposição, com mais vigor e até alguma veemência, a defesa das questões ambientais.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o Presidente da Assembleia não pode fazer declarações de voto, mas pode dizer que vai ordenar para que seja feito um levantamento da

situação, relativamente a todas estas áreas que são aqui expressas. Depois desse levantamento vai ordenar para que seja feito um relatório quantificado, com os custos das medidas que possam ser implementadas e, finalmente, um programa de trabalho ou de aplicação destas medidas.

Isto não é uma declaração de voto mas é aquilo que posso dizer enquanto primeiro responsável desta casa.

Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Resolução – “Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2005”**.

Eu já estive na Comissão respectiva, a pedido da própria Comissão, e já expliquei os motivos desta alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Ante-proposta de Lei – Segunda alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei nº 44/2004, de 3 de Março, que “estabelece um regime especial de registo de prédios situados nos municípios do Corvo, Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores, bem como dos direitos e ónus ou encargos sobre estes incidentes”**.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como V. Exa. muito bem disse, trata-se da segunda alteração proposta para o Decreto-Lei 44/2004, de 3 de Março.

É conhecido desta câmara que a particularidade vivida na Ilha do Corvo no que se refere ao registo de prédios, levou a que tivesse sido estabelecido, em devido tempo, um regime especial esse registo naquela ilha.

Entretanto, o facto de se ter reconhecido que também nos dois concelhos da Ilha Flores, nomeadamente Lajes e Santa Cruz, havia situações merecedoras também de um regime especial e do alargamento à ilha deste regime especial para o Corvo, fez com que tivesse, agora em Março passado, sido publicado um novo decreto-lei estabelecendo esse alargamento.

Esse diploma esteve nesta casa e mereceu parecer de Comissão desta Assembleia no mês de Janeiro. As propostas de alteração não foram acolhidas, sendo que, por via disso, foi não só feito um alargamento, como foi alterado um preceito que torna gravoso para os florentinos e corvinos o registo, porque a isenção do pagamento do primeiro registo desapareceu da lei.

Esta situação e a reposição na matriz original da lei leva a que o Partido Socialista considere que o assunto está debatido, é claro, a Assembleia já se pronunciou, a reposição da isenção é urgente, porque mexe com os habitantes das Flores e do Corvo e com os seus recursos financeiros. Portanto, é por isso que solicitamos, por um lado, a dispensa em Comissão, porque o assunto já foi debatido, e, por outro lado, a urgência pelo que acabei de expor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gonçalves.

(*) **Deputado António Gonçalves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto-lei 44/2004, de 3 de Março, veio estabelecer o regime jurídico especial para o registo de prédios situados na Ilha do Corvo, com o objectivo de permitir, de modo expedito, a realização das operações jurídicas necessárias ao registo das transacções e outros factos jurídicos relativos a bens imóveis.

Procurava-se, deste modo, a instituição de um meio especial para fazer face à falta de prova de factos sujeitos, registo predial.

Através do Decreto-Lei 65/2005, de 15 de Março, este regime especial é alargado aos municípios das Lajes e Santa Cruz das Flores.

A insularidade agravada das ilhas das Flores e do Corvo, as dificuldades de comunicações, o isolamento geográfico, a pequena densidade populacional, conduziram a que, ano após ano, as transmissões de prédios ou outros factos sujeitos a registo predial não fossem registadas.

Assim, com o passar do tempo, a falta de registo desses factos gerou situações de impasse jurídico que acarretaram para os particulares novas e mais pesadas penalizações.

A Ante-proposta de Lei agora em discussão repõe uma situação de justiça, permitindo que nos três concelhos abrangidos se proceda a uma rápida regularização registral, sem custos de emolumentos quanto ao primeiro registo de cada prédio, benéfica para os cidadãos e adequada à segurança do comércio jurídico.

Por isso mesmo, esta iniciativa legislativa merece o apoio do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Srs. Deputados, como puderam observar já está feito o debate do pedido de urgência e também já está feito o debate sobre o tema em si, mas não quero nunca prejudicar o debate, portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei um pouco preocupado com a celeridade regimental, porque necessariamente há que dizer algumas coisas sobre esta Ante-proposta que é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque sendo bonita e até comovente esta unanimidade, embora não inédita, é preciso ver que os diplomas que agora pretendemos alterar por ratificação parlamentar têm uma história e essa história é recente e tem protagonistas, tem autores e merece ser devidamente aqui recordada.

Trata-se de mais uma história, de mais uma pequena história, negra, trapalhona e baralhada do “defunto” Governo da República.

Trata-se da história do senhor então Ministro da Defesa Paulo Portas e da sua especial predilecção (vai-se lá saber porquê?!) pela Ilha do Corvo. Recordo, lendo um jornal regional de 2004, o que também sei não ser inédito nesta casa, que dizia que, numa conferência de imprensa em Ponta Delgada, Paulo Portas adiantou que o Ministério da Justiça está a trabalhar no projecto que permite aos corvinos com

propriedade sem registo, regularizar as suas titularidades “em tempo recorde e a custo zero”.

Efectivamente, é preciso dizer que o Governo da República, nesta parte, começou por cumprir e o primeiro Decreto-Lei, o Decreto-Lei 44/2004, de 3 de Março, que foi aprovado, cumpria aquilo que era uma necessidade ao nível registral para a Ilha do Corvo, em termos de um conjunto de excepções ao regime predial geral, nomeadamente a dispensa de trato sucessivo e cumpria sobretudo aquilo que era o fundamental face à realidade de cerca de 5 mil pequenos prédios no Corvo e face, citando estimativas do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ilha do Corvo, àquilo que seria o pagamento desses emolumentos que foi estimado então pelo Sr. João Greves em cerca de 15 mil euros por corvino.

Acontece que, como sabemos, as coisas foram-se degradando e a respeito de uma proposta de alteração no sentido de alargar este regime também à Ilha das Flores, face à similitude da sua realidade a este nível e da mesma necessidade, a verdade é que à pressa e através do Decreto-Lei 65/2005, publicado já a 15 de Março, o Decreto-Lei é alterado, é alargado às Flores, mas aquilo que era mais importante, que era mais essencial para os corvinos, que na prática dava razão de ser ao diploma, que era a isenção emolumentar para o primeiro registo, desapareceu deste diploma.

Portanto, nessa parte, à última da hora e à sorrelfa, aquilo que o ex-Ministro Paulo Portas andou a prometer aos corvinos foi retirado, à má fé, inutilizando todo o esforço, e é verdade dizer, que é meritório, justo e necessário.

O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nos Açores vem fazer, usando a iniciativa legislativa e propondo uma Ante-proposta de Lei por revisão parlamentar da Assembleia da República, se alterar este Decreto-Lei, é repor a verdade, é dar continuidade àquilo que tinha sido prometido, àquilo que é uma necessidade para o Corvo e para a Ilha das Flores e àquilo que serviu para alguns ex-Ministros se vangloriarem nos Açores, mas que há última da hora, pelos mesmos, foi retirado.

Essa é também a história e é bom que a história fique aqui registada. Estamos aqui a corrigir mais uma trapalhada do “defunto” Governo da República e uma trabalhada que à sua dimensão, para os Açores, para o Corvo e para as Flores, é extremamente importante.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

(*) **Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até há meia dúzia de anos atrás, para fazer um simples registo na Ilha do Corvo tínhamos que nos deslocar às Flores. Isso era bastante moroso e dispendioso e as pessoas, pura e simplesmente não faziam. Trocavam prédios, vendiam, compravam, pagavam o imposto municipal, a antiga sisa, mas não faziam os registos prediais.

O Decreto-Lei que já foi aqui bem frisado, o 44/2004, previa essa possibilidade. O que ele no fundo dizia era que as pessoas faziam os registos, não pagavam e os corvinos aderiram até a essa medida.

Durante uns certos meses aquilo não se sabia muito bem como é que funcionava, porque entre o papel e a prática, às vezes as coisas não funcionam bem. A Câmara não sabia muito bem o que fazer, o Registo esteve à espera durante uns meses de informação superior.

Quando a coisa começava a “rolar mais ou menos nos carris”, aparece o tal segundo Decreto-Lei, o 65/2005, de 15 de Março (pouco antes da tomada de posse do novo Governo), que procedeu à extensão à vizinha Ilha das Flores, o que nós achámos muito bem, porque também tem as mesmas dificuldades que nós, só que se esqueceram – e posso usar a expressão “foi dar com uma mão e tirar com a outra” – de que no Corvo não há uma Junta de Freguesia e no primeiro registo não dizem que se tem que pagar.

Portanto, no fundo, os processos que estão em andamento, alguns na Câmara, outros nas Finanças e outros no Registo, ficaram todos prejudicados.

Sei que na semana passada houve uma reunião com as pessoas que tinham esses processos em andamento e ficou tudo à espera a ver se conseguia resolver esta situação em pouco tempo.

No Corvo, temos mais de 7 mil artigos sem registo. Acho que estas duas medidas agora tomadas, o pedido de urgência e a ante-proposta, vêm muito a propósito para tentar resolver a situação que, no fundo, estava a ser resolvida, mas ficou à espera.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, deu entrada na mesa uma proposta que propõe a eliminação do nº 3 do artigo 3º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No debate do Programa do Governo afirmei daquela tribuna, em nome da bancada do PSD, que o PSD estaria na primeira linha, como está, na defesa dos interesses dos açorianos, seja com este Governo da República, seja com o anterior, seja com o futuro.

A demonstração que o PSD está a fazer, hoje, neste debate, sobre esta matéria, é que está ao lado dos interesses dos açorianos e, por isso, vai votar favoravelmente este diploma cujo debate estamos fazendo, porque a alteração introduzida pelo Decreto-Lei 65/2005, de facto, é prejudicial para os corvinos e para os florentinos.

O Sr. Deputado Francisco Coelho que acabou de usar da palavra e que se deteve num elaborado exercício histórico, esqueceu uma parte da história, mas eu vou lembrá-lo e vou ajudar a contá-la. Esqueceu-se de dizer que, em 2004, o Governo da República que aprovou este regime especial, foi um governo do PSD e do CDS/PP, depois de termos tido oito anos de autonomia cooperativa em que esta matéria não foi resolvida, mas o problema existia. Aliás, os 7 mil artigos não registados no Corvo não nasceram certamente no período posterior à autonomia cooperativa do Partido Socialista.

Deputado Francisco Coelho (PS): É como os voos para o Pico!

O Orador: Eu sei que a verdade incomoda, Sr. Deputado Francisco Coelho...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não incomoda nada!

O Orador: ... e V. Exa. é hábil a contar apenas parcelas da história, querendo confundir as pessoas com a parte da história que apenas conta.

Segundo facto histórico que V. Exa. não referiu:

Esta maioria, em Janeiro de 2005, quando esta iniciativa legislativa veio a esta Assembleia, também não levantou este problema e aqui cito o poeta: “erros meus, má fortuna”.

Deputado Francisco Coelho (PS): Esqueceu-se do resto!

O Orador: De nada vale, Sr. Deputado Francisco Coelho, vir aqui lembrar a incongruência do diploma, do 65/2005, quando esta maioria, quando esta Assembleia se pronunciou sobre esta iniciativa legislativa, não levantou o problema que agora está a levantar.

Não retira mérito à iniciativa legislativa que agora tem.

O parecer da Comissão está cá e tem data de 18 de Janeiro de 2005 e lá não levantou esta questão. Limitou-se a levantar outras questões, mas não levantou a questão do desaparecimento da isenção dos emolumentos. Porquê?

Deputado Francisco Coelho (PS): O PSD não estava na Comissão!

O Orador: Culpas neste cartório, Sr. Deputado Francisco Coelho, penso que vários têm e V. Exa. tinha o dever moral e a obrigação política de contar a história toda aqui nesta câmara, se queria contar a história destes dois diplomas.

Por outro lado, convém lembrar e sublinhar que o Partido Socialista fica incomodado quando o PSD vota a favor de iniciativas do Partido Socialista.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não, não!

O Orador: Depreendeu-se isto das suas palavras.

Eu creio que o Partido Socialista padece de um estranho síndrome: fica incomodado quando PSD vota contra; fica incomodado quando o PSD apresenta propostas de alteração às propostas apresentadas; fica mais incomodado quando o PSD, em defesa dos interesses dos açorianos, vota a favor das propostas do Partido Socialista.

Afinal, o que é que o PS quer?

O PS, se calhar, preferia que o PSD não cumprisse o seu papel de oposição activa e de oposição que também nos momentos em que se debatem questões essenciais dos Açores, que merecem a nossa concordância, vota a favor, mas, sobretudo, se calhar, o PS preferia, e esse é um tique, que não houvesse oposição nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, este Presidente não pode ser tolerante, mas foi e agora tem que arcar com a responsabilidade, porque realmente estávamos a discutir o pedido de urgência e já estamos a discutir o diploma.

Está atropelado o Regimento.

Eu não vou parar o debate, mas quero que tenham consciência disso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde já para lhe garantir, Sr. Presidente, que, no nosso entendimento, estamos a fazer a discussão não só do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, mas naturalmente a discussão substantiva e depois pouparemos a seguir.

Sr. Deputado Pedro Gomes, eu penso que ficou claro na minha intervenção, porque senão até a crítica não fazia sentido, que foi o Governo da República anterior que fez e aprovou o Decreto-Lei de 2004, aliás, conforme a simples data nos indica, em termos cronológicos. E foi também este Governo que fez questão quando o problema se levantou, porque às vezes os problemas existem, mas a sua consciência e a sua emergência não é tão grande.

É claro que se calhar, antes de se fazerem obras avultadas no Corvo, (alargar a estrada de Leste, etc.), não havia problemas de expropriação de terrenos, nem havia problemas de registos.

Tudo isso tem a sua explicação e, efectivamente, tudo isto não surge por acaso agora ou há pouco tempo. Surge também por responsabilidade do Governo do Partido Socialista dos Açores.

Foi um conjunto de investimentos feitos na Ilha do Corvo que motivou a preocupação e a necessidade de registo.

É verdade, e essa parte da história eu não tinha contado, Sr. Deputado Pedro Gomes, mas agradeço que me tenha lembrado.

É evidente que foi o Governo da República anterior que também, e bem, tentou resolver este problema e começou por resolvê-lo bem. Um ou outro lapso técnico, esqueceu-se eventualmente da necessidade da Ilha das Flores, mas começou bem e

de acordo com aquilo que tinha sido solicitado pela população corvina e pela Câmara Municipal da Ilha do Corvo.

Agora, o que já não se percebe é, tendo exactamente nesta matéria intervindo bem, como é que, atabalhoadamente, na última fase, se esquece daquilo que é o mais importante?

É que, evidentemente, face à dimensão dos prédios que estamos a falar, ao seu número, ao valor relativo dos mesmos, ao valor das taxas emolumentares, sem isenção emolumentar, vai continuar sem haver registos?

Trata-se, efectivamente, de um território excepcional, em termos da sua dimensão, em termos da sua pequena propriedade, etc.

É isso que não se compreende e isso não pode deixar de ser aqui registado, até porque também foi, durante muito tempo, devidamente anunciado pelo Governo da República anterior.

Eu percebo que o Governo da República anterior tinha um “casamento” por conveniência. Eu percebo que quem anunciava isso e tinha interesses no Corvo até não era o Grupo Parlamentar do PSD ou o PSD, mas os casamentos têm sequelas e, portanto, têm V. Exas. também que arcar com esta e admitir que temos razão quando dizemos que o Governo da República anterior começou nesta matéria por fazer uma boa medida, mas, infelizmente, na parte mais importante, acabou, ele próprio, por se esquecer dela, por revogar e por deixar as coisas piores do que aquelas que estavam, porque havia expectativas das pessoas, porque as pessoas fizeram trabalho com o apoio da respectiva câmara municipal, com o apoio de um conjunto de cidadãos do Corvo e todo esse trabalho, toda essa expectativa, fica frustrado sem acontecer aquilo que é mais importante, que é efectivamente a isenção emolumentar.

Isto faz parte da história, Sr. Deputado Pedro Gomes, e a história não se ilude. A história arca-se com ela e arcar com desportivismo é sempre melhor do que com falsas desculpas, porque o mau perder acaba sempre por ser mais notado do que o assumir.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação do Pedido de Urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação da Ante-proposta de Lei.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Ante-proposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de eliminação para o nº 3 do artigo 3º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante destes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante dos artigos anunciados foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a Ante-proposta de Lei por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Ante-proposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entretanto deu entrada na Mesa um requerimento que, nos termos do artigo 156º, nº 3 do Regimento, propõe a declaração de urgência junto da Assembleia da República.

É legal, é legítimo, é regimental esta Assembleia enviar a ante-proposta de Lei requerendo o seu agendamento com urgência.

Não sei se algum Sr. Deputado se quer pronunciar sobre o mesmo?

(Pausa)

Vamos então votar este requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Meus senhores, temos de seguida o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução – “Melhoria do abastecimento de energia eléctrica à Fajã de São João, freguesia de Santo Antão, concelho da Calheta, em São Jorge”**, apresentado pelo PS e **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução – “Fornecimento de energia eléctrica às fajãs de São Jorge”**, apresentado pelo PSD.

O objecto dos pedidos de urgência não é o mesmo, sendo o do Partido Socialista Democrata mais lato, porque abrange várias fajãs.

Eu propunha, por uma questão de método, que nós discutíssemos os dois pedidos de urgência, com uma intervenção de cada grupo parlamentar e depois passássemos para o conteúdo das propostas de resolução, em concreto.

Relativamente aos pedidos de urgência, alguém se quer pronunciar?

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência apresentado pelo PS, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência apresentado pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao debate das Propostas de Resolução .

Está aberto o debate para a **Proposta de Resolução – “Melhoria do abastecimento de energia eléctrica à Fajã de São João, Freguesia de Santo Antão, concelho da Calheta, em São Jorge”** e para a **Proposta de Resolução – “Fornecimento de energia eléctrica às fajãs de São Jorge”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal qual como ontem foi aqui assumido pela minha própria pessoa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já tinha, desde ontem, programado a realização de uma proposta de resolução sobre a electrificação da Fajã de São João.

O Partido Socialista fundamentou devidamente esta situação, como partido responsável que é e sabedor das suas responsabilidades no contexto regional e das suas promessas eleitorais em tempo de campanha.

Por isso:

Atendendo aos diferentes considerandos da nossa proposta de Resolução;

Atendendo ao caso em específico da Fajã de São João onde é público que está a decorrer o segundo abaixo-assinado dos utilizadores de energia eléctrica daquela localidade de São Jorge;

Atendendo ao facto de que existem mais de cento e tal consumidores actualmente que pagam a factura de energia eléctrica a uma rede que actualmente é gerida pela Empresa de Electricidade dos Açores e que é fornecida por um gerador que também ele é gerido pela Empresa de Electricidade dos Açores;

Atendendo a que mais pessoas precisam de recorrer ao serviço de energia eléctrica naquela localidade ou junto àquela localidade;

Atendendo a que até o número de consumidores permite, no modesto entender de algumas pessoas, a rentabilização e o retorno económico desse investimento;

Atendendo a que no passado há compromisso, por parte do Partido Socialista, em relação a esta matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista decidiu, aqui, apresentar uma Proposta de Resolução.

Esta Proposta de Resolução é apresentada de uma forma coerente, séria e responsável, porque nas questões do investimento nós podemos querer tudo, mas nem tudo é possível.

Neste momento, quem está preocupado com os cento e tal consumidores e mais alguns que querem ter energia eléctrica e não a podem ter, deve ser sério e coerente.

Vir aqui solicitar tudo aquilo que infelizmente não é possível, é querer que ninguém tenha nada e, por isso, eu penso que o PSD apresentou, a correr, e de forma rápida, também uma proposta de resolução...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas a nossa não tem erros de português!

O Orador: ... com a qual os princípios nós não estamos contra, mas não podemos condicionar o de uns por todos.

Por isso, Sr. Presidente, a proposta que o PSD aqui apresentou, seguida da do Partido Socialista, eu nem vou discutir as questões e o atabalhoamento administrativo de apresentação da proposta, mas vou discutir a forma como o texto é feito.

É tão atabalhoada e tão rápida que é como aquela partida de menino pequeno que diz “bem, vocês agora querem fazer, mas eu vou traçar-vos a perna”.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está gramaticalmente correcta! Português escorreito!

O Orador: Queria-lhe dizer, Sr. Deputado (a si eu perdoe-lhe, porque não conhece São Jorge), que a proposta do PSD requer a electrificação de todos as fajãs.

Eu não consigo perceber, quando o PSD fala nas fajãs da Ribeira da Areia, na Fajã dos Cubres e (deixe-me ler aqui)...

Deputado Mark Marques (PSD): E é só!

Não leu a proposta!

O Orador: ...e São João (São João já estava aqui em discussão) quando o PSD se esquece da Fajã da Penadia e da Fajã das Pontas.

Eu não consigo perceber, quem quer chegar a todo o lado, se esquece destas duas. Das duas uma: ou foi a prova provada de que os senhores fizeram isto atabalhoadamente e até se esqueceram de duas fajãs que são significativas na sua utilização de energia eléctrica ou então é porque os senhores já nem ligam à Fajã da Penadia e Fajã das Pontas devido às esmagadoras vitórias eleitorais que até têm naquelas freguesias. Deve ser por isso.

Deputado Mark Marques (PSD): Já está na campanha autárquica!

O Orador: Eu não consigo perceber.

Digo-vos ainda mais:

O PS trabalha nos Açores olhando para os açorianos de uma forma geral.

Quando o Grupo Parlamentar do PS assumiu a responsabilidade de apresentar aqui esta proposta de resolução, apresentou-a de forma responsável e coerente, olhando o contexto da Ilha de São Jorge e o contexto dos Açores.

Meus amigos, em política é preciso falar verdade e em política é preciso ter coragem para dizer as coisas conforme elas são.

Não é fazer demagogia barata que se resolve os problemas dos Açorianos, é falando com seriedade, com respeito e este assunto tratado de forma séria é conforme o PS tratou na resolução que aqui apresenta e na resolução que quer levar e que vai aprovar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD entende que a decisão de se proceder à electrificação das Fajãs de São Jorge deve ser vista de uma forma integrada.

Entendemos que o Governo Regional deve tomar uma opção política de investimentos, procedendo à electrificação de três Fajãs: a Fajã de São João, a Fajã da Ribeira da Areia e a Fajã dos Cubres.

Esta nossa proposta é coerente com o que defendemos nesta Assembleia nos últimos 8 anos, mas acima de tudo é coerente com os desejos da população e dos seus representantes.

Aceitamos que devem ser definidas prioridades e neste caso a Fajã de São João terá naturalmente a primeira prioridade, seguindo-se as outras duas, mas, repito, a decisão deve ser tomada em conjunto sob pena de algumas delas ficarem comprometidas.

Vamos, no entanto, por precaução, votar favoravelmente as duas propostas, mas receamos que se a proposta do PS for a única proposta aprovada, a Fajã dos Cubres e a Fajã da Ribeira da Areia fiquem irremediavelmente penalizadas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Ao longo dos últimos anos temos vindo a tentar sensibilizar esta Assembleia e o Governo Regional para a necessidade de se proceder à electrificação das fajãs. Todos os senhores devem ser testemunhas disso. Felizmente, parece que agora todos perceberam a sua importância.

Penso mesmo que a nossa intervenção de ontem e o debate que se seguiu foi decisivo para uma opinião generalizada nesta Assembleia.

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se por isso, com estas iniciativas, pois acreditamos que as fajãs de São Jorge serão, de facto, em breve, uma realidade no que respeita à sua electrificação.

Não deixo, no entanto, de estranhar uma questão: estranho bastante que um compromisso do Partido Socialista, que era o abastecimento de energia eléctrica às fajãs de São Jorge, e que fazia parte do programa eleitoral, tenha que ser pressionado com uma proposta de resolução dos partidos representados na Assembleia.

Deputados Maria José Duarte e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Isso é de estranhar!

Isso mostra claramente que o Governo não estava sensibilizado para isso e, de facto, ontem, após a nossa intervenção nesta Assembleia, demos aqui um grande passo sobre este assunto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por último, e para terminar: a forma atabalhoada e rápida, referida pelo Sr. Deputado Rogério Veiros ao referir-se à apresentação da nossa proposta de resolução.

A forma atabalhoada e rápida não foi a nossa. Foi a dos senhores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Olha as datas, Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques (PSD): O papel aceita as datas que lhe queremos pôr!

O Orador: Ontem, depois da nossa intervenção na Assembleia, os senhores correram para ver se conseguiam fazer uma proposta para sair por cima, neste assunto. Foi isso que aconteceu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aceitando a sugestão do Sr. Deputado Rogério Paulo, se formos olhar para datas, a minha primeira intervenção nesta Assembleia data de 1997.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Rogério Veiros (PS): Eu não sei se nessa data eu votava, Sr. Deputado!

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução apresentada pelo PS, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução apresentada pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 30 votos contra do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir, com esta votação, à pequenez, ao espírito paroquial, deixe passar a expressão, que os Deputados do Partido Socialista têm em relação à Ilha de São Jorge.

Foi bem expresso, muito bem escrito e bem explícito na Proposta de Resolução – eu não escrevi, por isso estou a falar à vontade – do Partido Social Democrata que dava prioridade à Fajã de São João, questão que foi ontem levantada nesta casa 4 vezes pelo Deputado Aires Reis e que não obteve resposta.

O Sr. Deputado Rogério Veiros disse há pouco que tinha a data. De facto, têm a mesma data, mas o carimbo da Assembleia não tem a hora, mas por acaso, depois da intervenção feita pelo Sr. Deputado Aires Reis, é que o senhor andou a assinar a proposta.

Nós ficamos felizes por isso. Quantas mais iniciativas os senhores tomarem deste género, melhor. Nós lutamos todos pela mesma questão.

Eu não percebo como é que nos considerandos, que não são votados, mas são considerandos, da vossa proposta de resolução diz que “a melhoria da qualidade do abastecimento de energia eléctrica às Fajãs de São Jorge (não é à Fajã de São João) faz parte do programa eleitoral do Partido Socialista”

Eu penso que é de uma pequenez, e é bom que fique registado e que fiquem cientes, sobretudo aqueles que têm propriedades, que residem, que frequentam a Fajã da Ribeira da Areia e frequentam a Fajã dos Cubres, que o Partido Socialista e os Deputados eleitos por São Jorge entendem que, neste conjunto de três fajãs, embora a Fajã de São João tenha prioridade, porque vive mais gente, as outras duas que acabei de citar não são importantes.

É isso que é preciso ficar claro aqui: a posição contra do Partido Socialista em relação a uma Proposta de Resolução, que não tem maldade nenhuma, do Partido Social Democrata, que até votou a favor da do Partido Socialista.

Há pouco o Deputado Nuno Amaral dizia: nós ficamos muito satisfeitos por os senhores votarem propostas nossas.

Os senhores ficam satisfeitos quando nós votamos propostas vossas. O que os senhores não são capazes de fazer é, numa coisa tão simples, mas tão importante, votar a favor de uma proposta de resolução nossa.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O respeito que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem por esta casa é elevado e as propostas de resolução apresentadas em sede da Assembleia Legislativa Regional não são só para ficar em papel, são para serem executadas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de resolução em sede do Parlamento, dada a urgência da situação, dada a situação que envolve as pessoas da Fajã de São João, para que este problema seja resolvido com alguma brevidade e com a brevidade possível.

Agora, fazer propostas de resolução para fazer, pura e simplesmente, pura demagogia, para ficar no papel, não é um papel relevante para deputados eleitos.

Por isso, Sr. Presidente, nós aprovamos uma proposta de resolução séria e coerente, falamos verdade às pessoas. Somos sérios!

Para o PS as fajãs da costa norte da Ilha de São Jorge existem todas. Não é como o PSD que só aponta algumas.

Nessas todas, nós chegaremos lá e faremos as coisas da forma que pudermos.

Nós não somos, em relação ao Orçamento Regional, uma fábrica de dinheiro, que consiga dar azo a tudo de uma vez. Por isso, é que fizemos esta proposta com os considerandos que tem, de forma séria e coerente, falando verdade aos jorgenses.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, passamos à **Eleição do Representante da Região no Conselho Nacional de Educação.**

O Partido Socialista subscreveu uma proposta para que esse representante fosse o actual, que é o Dr. Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores.

Os funcionários vão distribuir os boletins de voto.

(Procedeu-se à votação e em seguida à chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: O resultado da votação foi o seguinte:

Votos a favor: 36

Votos contra: 8

Abstenções: 6

Deste modo, o Dr. Victor Rui Dores continua a ser o nosso representante no Conselho Nacional da Educação.

Tenho ainda mais uma Proposta de Deliberação que diz o seguinte: **“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Abril”**.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Muito obrigado e até ao próximo plenário.

(Os trabalhos terminaram às 13 horas e 30 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos Reis

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Social Democrata (PSD)

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro

Documentos Entrados

Proposta de Resolução

Melhoria do abastecimento de Energia Eléctrica à Fajã de São João, Freguesia de Santo Antão do concelho da Calheta, em São Jorge

As características orográficas da ilha de São Jorge, a singularidade das suas Fajãs, o modo de habitação sazonal da população rural, são características ímpares do modo de vida dos jorgenses. A maioria das fajãs de São Jorge são habitadas sazonalmente por populações, essencialmente do meio rural, que durante alguns períodos do ano procedem à tradicional muda, onde levam família e haveres para a sua Fajã, para ali procederem à cultura de hortícolas e ao maneio da vinha na produção de vinho, bem como procederem à alimentação de algum gado. Nestas localidades, também habitam permanentemente algumas famílias, outras utilizam-nas para habitação de veraneio. É uma riqueza cultural e social que devemos preservar, sob pena de fazer desaparecer uma marca da nossa identidade e mais um interessante produto turístico do nosso arquipélago. Existem casos onde a utilização da Fajã é mais intensa, fruto da sua constituição física e da produção que potencia, bem como, da sua localização e acesso. São os casos em particular das Fajãs do Ouvidor (Norte Grande), dos Vimes e Fajã de São João, esta última sem abastecimento de energia eléctrica através da rede pública. Considerando que se trata de um caso particular, onde existe consumidores de energia eléctrica em número muito superior ao de outras localidades da Ilha e da Região;

Considerando a existência neste local de consumidores em número elevado, que pagam por um serviço de má qualidade;

Considerando a existência de uma rede de energia eléctrica explorada e mantida pela EDA, abastecida por um gerador, também ele mantido pela mesma empresa;

Considerando o incremento da vontade de celebração de novos contratos, e não haver actualmente capacidade de resposta;

Considerando que este investimento é possível e terá retorno económico;

Considerando ainda que a melhoria e a qualidade do abastecimento de energia eléctrica às Fajãs de São Jorge faz parte do programa eleitoral do Partido Socialista. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que proceda às diligências necessárias junto da Empresa de Electricidade dos Açores, SA para que se proceda ao abastecimento de energia eléctrica através da rede de fornecimento pública de São Jorge à Fajã de São João, por ser um caso singular no contexto regional.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Abril de 2005.

Os Deputados Regionais, *Francisco Coelho, Rogério Veiros e Manuel Silveira*

1 – Correspondência Diversa

Assunto: Ofício do Senhor Primeiro Ministro a acusar a recepção da Carta, datada de 21 de Março a enviar a Resolução n.º 4/2005, relativa à “Política Regional da União Europeia”, à qual foi prestada a devida atenção

Proveniência: Gabinete do Primeiro-Ministro – Engº José Socrates

Data de Entrada: 05.04.20

Referência: 102 – 1330;

Assunto: Ofício a comunicar que o Senhor Dr. Victor Rui Ramalho Bettencourt Dorez é proposto representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação

Proveniência: Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 05.04.20

Referência: 27.09 – 1340;

Assunto: Ofício a comunicar que o Senhor Dr. Victor do Couto Cruz reassume o seu mandato de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a partir do dia 21 de Abril, pelo que o Senhor Deputado Rui Fernando Dinis Borges de Meneses deixa de exercer essas funções.

Proveniência: P. Grupo Parlamentar do PSD – Clélio Meneses

Data de Entrada: 05.04.20

Referência: 27.09 – 1342.

A Redactora, *Maria da Conceição Fraga Branco*